

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO  
DO CONHECIMENTO**

**Antônio Afonso Pereira Júnior**

**AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO  
SUDESTE: ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS,  
HUMANOS E ORÇAMENTÁRIOS**

**Belo Horizonte  
2021**

**Antônio Afonso Pereira Júnior**

**AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO  
SUDESTE: ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS,  
HUMANOS E ORÇAMENTÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPG-GOC) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção de Título de Mestre em Gestão & Organização do Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Arquitetura & Organização do Conhecimento (AOC)

Área de Concentração: Ciência da Informação

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Oliveira Teixeira de Melo.

Belo Horizonte

2021

P436b

Pereira Júnior, Antônio Afonso.

As bibliotecas das universidades federais da região sudeste [recurso eletrônico]: análise de serviços e recursos tecnológicos, humanos e orçamentários / Antônio Afonso Pereira Júnior. - 2021.

1 recurso eletrônico (107 f. : il., color): pdf.

Orientadora: Marlene Oliveira Teixeira Melo .  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 95-102.

Apêndice: f. 103-107.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Bibliotecas universitárias – Teses. 3. Universidades federais – Teses. 4. Serviços de Informação (administração) – Teses. I. Título. II. Oliveira, Marlene de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU:027.7

Ficha catalográfica: Malanna Giselle de Paula CRB:2642  
Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO



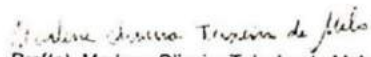
FOLHA DE APROVAÇÃO

AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE:  
ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS E  
ORÇAMENTÁRIOS

ANTÔNIO AFONSO PEREIRA JUNIOR

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Gestão e Tecnologia da Informação e

Aprovada em 24 de maio de 2021, todos por videoconferência, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo (Orientadora)  
Aposentada/UFMG

  
Prof(a). Cintia de Azevedo Lourenço  
ECI/UFMG

  
Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva  
ECI/UFMG

  
Dr(a). Carla Cristina Vieira de Oliveira  
PRPQ/UFMG

Belo Horizonte, 24 de maio de 2021.





## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO ANTÔNIO AFONSO PEREIRA JUNIOR

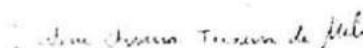
Realizou-se, no dia 24 de maio de 2021, às 10:00 horas, todos por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS E ORÇAMENTÁRIOS*, apresentada por ANTÔNIO AFONSO PEREIRA JUNIOR, número de registro 2019663443, graduado no curso de BIBLIOTECONOMIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo - Aposentada/UFGM (Orientadora), Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço - ECI/UFGM, Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva - ECI/UFGM, Dr(a). Carla Cristina Vieira de Oliveira - PRPQ/UFGM.

A Comissão considerou a dissertação:

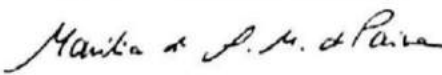
Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.  
Belo Horizonte, 24 de maio de 2021.

  
Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo

  
Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço

  
Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva

  
Dr(a). Carla Cristina Vieira de Oliveira

*Dedico esta pesquisa à minha família:  
Minha esposa (Rosana), aos meus pais (Antônio e Conceição),  
à minha avó materna Maria Geralda (in memorian), minhas irmãs (Marina e Ana)  
e ao meu Tio Vicente (in memorian).  
À família, o farol da minha vida, que esteve presente me iluminando em todos os momentos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo por sempre conspirar a favor, mesmo nos momentos turbulentos da vida. À minha esposa amada, linda, a minha flor, Rosana, e aos meus pais, Antônio e Conceição, por sempre me incentivarem.

Um agradecimento especial para a professora Marlene Oliveira, minha orientadora, que me acolheu com carinho, com sua sabedoria e sua paciência para que esse dia se tornasse realidade.

Agradecimento aos bibliotecários e professores que pesquisaram sobre a biblioteca universitária, em especial destaque os nomes de Murilo Bastos Cunha, Maria Carmem Romcy de Carvalho, Lusimar Silva Ferreira, Nídia Maria Lienert Lubisco e Yone Chastinet. Todos bibliotecários universitários devem honrar estes e outros grandes nomes que sempre defenderam a biblioteca universitária com inteligência, ousadia e elegância.

À banca de qualificação, professoras Marília Paiva e Cíntia Azevedo e a colega Carla Vieira pela grande contribuição e por todas as considerações pertinentes, no intuito de melhorar a pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Gestão e Organização do Conhecimento – PPGGOC, pelos ensinamentos e discussões que ajudaram muito nesta pesquisa.

Aos colegas de curso, pelos momentos de aflição e nervosismo compartilhados com o passar do tempo, mas, sobretudo, pelos momentos de reflexões, de tensão e dos alegres, acompanhados de boas risadas, em especial à minha colega Sônia Mônica.

Aos colegas do trabalho, do Acervo de Escritores Mineiros, da Faculdade de Letras e do Sistema de Bibliotecas da UFMG.

À Secretaria do Programa de Pós-graduação Gestão & Organização em Conhecimento, em especial a servidora Gildenara, pela atenção e ajuda constante na burocracia acadêmica.

Agradecimento aos entrevistados, pela atenção e disponibilidade de informações imprescindíveis. As revisoras Marina Bariciele e Denise Amaral e a tradutora Renata Angélica por toda ajuda que foi fundamental para conclusão deste trabalho.

E a todos que torceram por mim, muito obrigado!

Gratidão a todos, namastê!

Na minha opinião, investir em bibliotecas é investir no futuro da nação.

*Bill Gates*

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar as bibliotecas universitárias das universidades federais brasileiras da região sudeste quanto aos recursos orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos para comunidade acadêmica. O universo do estudo reúne 19 bibliotecas universitárias federais da região sudeste do país, no recorte temporal de 2017 a 2019. A pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo a primeira o levantamento de marco teórico que apresenta a história da universidade no Brasil, a biblioteca universitária, o orçamento público, as tecnologias presentes nas unidades de informação, e a segunda a coleta dos dados, na forma de um questionário enviado aos gestores das unidades de informação. Para a análise dos dados coletados, foram selecionadas algumas categorias a partir do questionário. O questionário foi elaborado a partir de estudos de Ferreira (1980), Carvalho (1981) e Lubisco (2011), nas questões que provavelmente teriam maiores impactos nas bibliotecas universitárias. A coleta dos dados teve um retorno de 68,7%. A investigação foi realizada por meio de questionário semiestruturado e analisado de forma descritiva, no qual se buscou interpretar as informações, tendo como base o referencial teórico que norteou o desenvolvimento da pesquisa, com os gestores das bibliotecas. Alguns resultados demonstram a realidade das bibliotecas universitárias da região sudeste em que, por exemplo, 46,15% das bibliotecas estão subordinadas à reitoria das universidades; o orçamento anual e os investimentos vêm caindo ano a ano. 53,85% das bibliotecas não participam de sistemas de cooperação de catalogação; 61,54% das bibliotecas utilizam o Pergamum como software de gerenciamento de biblioteca e de acervo; 84,62% das bibliotecas não possuem consórcio de bibliotecas; o tempo médio como diretor é de aproximadamente seis anos, que é considerado muito alto. É importante um conhecimento mais específico da realidade das bibliotecas universitárias das universidades federais, que possibilite uma visão atualizada dessas bibliotecas por meio de um diagnóstico que permita estabelecer as áreas que devem ser desenvolvidas.

Palavras-chave: Biblioteca Universitária; Universidades Federais; Serviços de informação; Orçamento Público.

## ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the university libraries of the Brazilian federal universities regarding the budgetary and technological resources to develop services and products for the academic community. The study universe comprises 19 federal university libraries in the southeastern region of the country, in the time frame from 2017 to 2019. The research was carried out in two stages, the survey of the theoretical framework that presents the history of the university in Brazil, the university library, the public budget, the technologies present in the information units. The methodological procedure for data collection was a questionnaire sent to the managers of the information units and for data analysis, some categories were selected from the questionnaire. The questionnaire was prepared based on studies by Ferreira (1980), Carvalho (1981) and Lubisco (2011), on the questions that would probably have the greatest impact on university libraries. Data collection had a return of 68.7%. The investigation was carried out through a semi-structured questionnaire and analyzed in a descriptive manner, which sought to interpret the information, based on the theoretical framework that guided the development of the research, with the library managers. Some results that show their reality, for example 46.15% of libraries are subordinate to the rectorate of universities; the annual budget and investments have been falling year after year. 53.85% of libraries do not participate in cataloging cooperation systems; 61.54% of libraries use Pergamum as library and collection management software; 84.62% of libraries do not have a library consortium; the average time as a director is approximately 6 years, which is considered very high. It is important to have a more specific knowledge of the reality of university libraries at federal universities, which allows an updated view of these libraries through a diagnosis that allows establishing the areas that must be developed.

**Keywords:** University Library; Federal Universities; Information Service Analysis; Public Budget.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução tecnológica da biblioteca .....	42
Figura 2 – Evolução dos gastos nas universidades federais (2000-2018).....	56
Figura 3 – Valor pago ao Ensino Superior – 2014 a 2018.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagens relativas a despesas fixas e programas e investimentos.....	54
Gráfico 2 – Unidade da Federação das bibliotecas universitárias estudadas.....	65
Gráfico 3 – Órgão a que a Biblioteca Universitária está subordinada (%).....	66
Gráfico 4 – Biblioteca incluída no planejamento da universidade (%).....	66
Gráfico 5 – Biblioteca universitária com regimento interno (%).....	68
Gráfico 6 – Valor orçamentário por ano e por UF.....	70
Gráfico 7 – Orçamento da biblioteca universitária é determinado regimentalmente (%).....	72
Gráfico 8 – Consulta aos usuários sobre as necessidades de informação ou sobre o uso da biblioteca (%).....	75
Gráfico 9 – Atendimento aos docentes/pesquisadores das universidades (%).....	76
Gráfico 10 – Treinamento sobre o Portal de Periódicos da CAPES (%).....	79
Gráfico 11 - Software para automação da biblioteca e do acervo (%).....	82
Gráfico 12 – Comissão permanente para seleção de materiais bibliográficos (%).....	84
Gráfico 13 – Tempo como servidor na universidade (%).....	87
Gráfico 14 – Tempo na direção da biblioteca universitária (%).....	88



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades Federais e Cursos Superiores - Brasil - 1808 a 1889.....	22
Quadro 2 – Comparação entre os documentos do PARU/CNRES/GERES/PAIUB.....	27
Quadro 3 – Áreas temáticas do PNBu .....	29
Quadro 4 – Despesas Autorizadas/Liquidadas de 2017 e 2018 e Autorizadas de 2019.....	54
Quadro 5 – Unidades e destinação orçamentária .....	55
Quadro 6 – Nome da Universidade.....	64
Quadro 7 – Valor orçamentário.....	70
Quadro 8 – Valor da execução orçamentária.....	71
Quadro 9 - Valor orçamentário X A biblioteca universitária oferece atendimento especial aos docentes/pesquisadores .....	78

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Órgão a que a biblioteca universitária está subordinada na estrutura da universidade .....	65
Tabela 2 – Tipos de participação da biblioteca universitária no planejamento institucional..	67
Tabela 3 – Estrutura organizacional das bibliotecas universitárias estudadas .....	68
Tabela 4 – Recursos destinados à biblioteca universitária pela universidade .....	69
Tabela 5 – Infraestrutura e mecanismos para captação de recursos .....	71
Tabela 6 – Tipos de infraestrutura e mecanismos de captação .....	72
Tabela 7 – Cooperação na catalogação em bibliotecas universitárias .....	73
Tabela 8 – Política de indexação nas Bibliotecas Universitárias .....	73
Tabela 9 – Instrumentos de indexação utilizados pelas bibliotecas universitárias .....	74
Tabela 10 – Tipo de atendimento especial ofertado aos docentes/pesquisadores .....	77
Tabela 11 – Recursos tecnológicos e serviços oferecidos ao usuário .....	80
Tabela 12 – Canais de atendimento ao usuário .....	82
Tabela 13 – Tipos de colaboração das Bibliotecas Universitárias .....	83
Tabela 14 – Bibliotecários que compõem o quadro de pessoal da Biblioteca Universitária..	85
Tabela 15 – Professores que compõem a comunidade acadêmica das universidades .....	85
Tabela 16 – Alunos atendidos pela comunidade acadêmica das universidades .....	86
Tabela 17 – Formação acadêmica dos(a) diretor(a) das Bibliotecas Universitárias .....	87

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABBU	Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias
BCo	Biblioteca comunitária
BDO	Base de Dados de Odontologia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIBLOS	Programa de Financiamento de Livros para os Cursos de Graduação
BICENGE	Central de Duplicatas da Biblioteca Central de Engenharia de Itajubá
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina
BN	Biblioteca Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BU	Biblioteca Universitária
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CBIES/RJ	Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCN	Catálogo Coletivo Nacional
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CEBIES	Curso de Especialização para Bibliotecários das Instituições de Ensino Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRES	Comissão Nacional de Reforma do Ensino Superior
COMUT	Comutação Bibliográfica
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia
CRUB	Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
DIARQ	Diretoria de Arquivos Institucionais
DOC.PET	Documentos do Programa de Estudos Técnicos. Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECI/UFMG	Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Educação
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro em Informação Ciência e Tecnologia
ICEx	Instituto de Ciências Exatas
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICT	Informação Científica e Tecnológica
IES	Instituições de Ensino Superior

IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IFI	Instituição Fiscal Independente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ISDS	<i>International Serials Data System</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LAI	Lei de Acesso à Informação
LC	Library Congress
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCT	Ministério Ciência e Tecnologia
MESH	<i>Medical Subject Headings</i>
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MEC	Ministério da Educação
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional
PAP	Programa de Aquisição Planificada de Periódicos
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNBu	Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PROBIB	Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior
PROSSIGA	Programa de Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia
RFID	<i>Radio Frequency Identification</i>
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SBPC	Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SECS	Seriados em Ciências da Saúde
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPS	Sistema Integrado de Publicações Seriadas
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1	Justificativa .....	17
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo geral.....	18
1.2.2	Objetivos específicos .....	18
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO</b> .....	<b>20</b>
2.1	Histórico das universidades e das bibliotecas universitárias .....	20
2.1.1	Bibliotecas Universitárias: gestão e organização .....	33
2.1.1.1	Modelos: centralizado e setorial.....	36
2.1.2	A cooperação no desenvolvimento das bibliotecas universitárias.....	37
2.1.3	As tecnologias de informação e as bibliotecas universitárias .....	40
2.2	O orçamento público do governo federal .....	50
2.2.1	Orçamento público do MEC e das universidades federais .....	54
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>60</b>
3.1	Universo da pesquisa.....	61
3.2	Procedimentos de coleta dos dados .....	61
3.3	Procedimentos de análise dos dados .....	63
<b>4</b>	<b>ANÁLISES E RESULTADOS</b> .....	<b>64</b>
4.1	Administração Institucional.....	64
4.2	Administração Financeira .....	69
4.3	Políticas de Informação.....	73
4.4	Serviços e Tecnologias.....	79
4.5	Pessoal / Recursos Humanos .....	84
4.6	Perfil profissional dos diretores das bibliotecas universitárias .....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>89</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>
	<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS GESTORES DAS</b> <b>BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE ....</b>	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É indiscutível a importância das bibliotecas na história da nossa civilização. São os locais onde o conhecimento produzido total ou parcialmente é armazenado. Está comprovado que a partir do conteúdo de uma determinada biblioteca, é possível conhecer a história e cultura do povo que a constituiu.

A biblioteca universitária tem uma grande importância e função diante dos processos do conhecimento científico e tecnológico por meio do registro da produção científica. Nas universidades, as bibliotecas possuem importante papel na difusão e na democratização do conhecimento, bem como na gestão do saber. As bibliotecas dão suporte ao ensino difundido dentro da universidade, assim como às atividades de pesquisa e extensão.

As bibliotecas universitárias brasileiras passaram por momentos de incentivo e de desmonte ao longo do tempo, mas tornaram-se objeto de estudo de pesquisadores da Ciência da Informação e Biblioteconomia a partir de 1980, data do primeiro Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU. A partir daí, surgiram novas configurações de serviços na área biblioteconômica, de comunicação, de interação da ciência com a sociedade e da universidade com a sociedade.

É importante um conhecimento mais específico da realidade das bibliotecas universitárias das universidades federais, que possibilite uma visão atualizada dessas bibliotecas por meio de um diagnóstico que permita estabelecer as áreas que devem ser reforçadas para o melhoramento da biblioteca universitária. Parte-se então da seguinte questão: quais são os serviços e recursos tecnológicos das bibliotecas universidades federais? E como são alocados os recursos orçamentários e recursos humanos?

Propõe-se uma pesquisa junto às 19 bibliotecas universitárias federais da região sudeste para responder aos questionamentos e, assim, trazer novos conhecimentos sobre as bibliotecas universitárias públicas.

### 1.1 Justificativa

O tema bibliotecas universitárias federais não têm sido muito pesquisado no âmbito da Ciência da Informação. Assim, a pesquisa se justifica pela possível contribuição ao conhecimento sobre bibliotecas universitárias na Ciência da Informação. As pesquisas sobre as bibliotecas universitárias são escassas a despeito de eventos como os do SNBU. O que se tem são pesquisas de estudos de caso comparando uma biblioteca A com uma biblioteca B de universidades diferentes. Não se tem estudos regionais ou nacionais. Em minha experiência profissional como bibliotecário universitário, vejo que a gestão mudou muito ao

longo dos mais de dez anos de atuação, quando se percebe uma perda significativa de orçamento e recursos humanos ao longo deste tempo. Espera-se, também, que os resultados deste estudo possam trazer reflexões aos bibliotecários e setores da universidade para discussão das questões relevantes à distribuição dos recursos públicos para bibliotecas universitárias das universidades federais pela administração pública na região mais economicamente ativa.

A região sudeste é a mais rica do país, mais da metade do Produto Interno Bruto – PIB se concentra nela. Possui o maior número de universidades federais, conseqüentemente, de bibliotecas universitárias. Contudo, observa-se uma escassez de estudos aprofundados na Ciência da Informação sobre as bibliotecas universitárias no Brasil, e, por conseguinte, na região sudeste.

## **1.2 Objetivos**

O objetivo da pesquisa é compreender como os sistemas de bibliotecas das universidades federais utilizam os recursos orçamentários, humanos e tecnológicos e como isso impacta na prestação de serviços para os usuários. A investigação foi realizada por meio de questionário semiestruturado, analisado de forma descritiva para interpretar as informações, tendo como base o referencial teórico que norteou o desenvolvimento da pesquisa, com os gestores das bibliotecas.

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar as bibliotecas das universidades federais na região sudeste quanto aos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Identificar o orçamento médio das bibliotecas universitárias;
- b) Levantar o número de bibliotecários de cada biblioteca;
- c) Mapear os serviços e os produtos oferecidos por essas bibliotecas;
- d) Levantar os recursos tecnológicos e de compartilhamento tecnológico existentes nas bibliotecas;

- e) Identificar a existência de políticas de aquisição de suprimentos (acervos, estrutura, tecnologia, ...) nessas bibliotecas;
- f) Detectar a utilização de política de indexação nessas bibliotecas.

### **1.3. Estrutura da dissertação**

A dissertação está estruturada em capítulos e em subdivisões necessárias à compreensão do desenvolvimento da pesquisa. Composta por introdução, metodologia, discussão dos resultados, considerações finais, referências consultadas e apêndice. O apêndice apresenta o questionário enviado para as instituições.

O primeiro capítulo apresenta a introdução ao tema, a justificativa e o problema da proposta do estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos e a estrutura da dissertação. O segundo capítulo traça o marco teórico, relatando o histórico da universidade e da biblioteca universitária no Brasil. Relata também, as cooperações e tecnologias empregadas nas bibliotecas e uma análise sobre como é o orçamento federal e a sua aplicação no Ministério de Educação – MEC e como o orçamento é distribuído para as universidades e suas respectivas bibliotecas.

O terceiro capítulo descreve a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa. Apresenta o ambiente onde será desenvolvido o estudo, nas bibliotecas universitárias das universidades federais públicas da região sudeste. Determina os procedimentos metodológicos de coleta e de análise dos dados. O instrumento desenvolvido para a coleta, o questionário, encontra-se no apêndice.

O quarto capítulo detalha a descrição da análise dos resultados, da administração institucional, financeira, as políticas de informação, os serviços e tecnologias e os dados de recursos humanos e seus perfis profissionais dos dirigentes. Apresenta e discute estes resultados. E informações e sugestões dos entrevistados que fizessem considerações pertinentes sobre a biblioteca universitária em temas que não foram contempladas no questionário.

E o quinto capítulo traz as considerações finais da pesquisa, com o confronto dos resultados obtidos aos objetivos da pesquisa. Aponta as dificuldades encontradas e as lacunas que poderão ser aprofundadas em investigações futuras.



## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 Histórico das universidades e das bibliotecas universitárias

A análise histórica das bibliotecas universitárias é fundamental para o entendimento das estruturas e das práticas dos bibliotecários

A biblioteca não deve funcionar como um simples depósito de livros ligados a uma sala de leitura, mas como instrumento dinâmico de ensino. Deve alimentar o intelecto do estudante, estimular as pesquisas do corpo docente e convidar todos os que se acham sob seu teto a compartilhar integralmente de seu alimento cultural. [...]. É, portanto, mais do que evidente que a biblioteca é um elemento indispensável para o ensino e a pesquisa. (LEMOS; MACEDO, 1975, p. 43).

Para entender o histórico da biblioteca universitária, é preciso entender a história da universidade brasileira, máxima corroborada por Toscano; Santos Júnior (2013) diante da afirmação de que precisa haver uma compreensão histórica ao longo da trajetória das universidades públicas. A dificuldade da gestão pública em suprir as necessidades da coletividade universitária, seja pela escassez de recursos ou pela inabilidade em aplicá-los, não é recente. As bibliotecas universitárias estão voltadas para atender às necessidades da comunidade acadêmica. Conforme Martins (1996), suas atividades são desenvolvidas de maneira fluida, com o propósito de ampliar o acesso à informação e contribuir para a missão da universidade. A evolução dessas bibliotecas acompanha a evolução do espírito humano para atender o seu papel social e científico. Ainda segundo Martins (1996), as primeiras universidades tiveram forte influência religiosa das ordens eclesiásticas, e foi somente a partir do século XV que as universidades e suas respectivas bibliotecas começaram um processo de laicização, como pode ser visto nas bibliotecas das universidades de Oxford e de Paris. Assim, uma nova visão surgiu sobre as bibliotecas universitárias.

Segundo Barreto e Filgueiras (2007), a história da origem das universidades brasileiras é complexa. O uso da palavra universidade só passou a ser utilizado nas escolas superiores do século XX, muito tarde em relação ao resto do mundo. Havia uma tradição de ensino superior brasileiro, e foi sobre esta tradição que se constituíram as primeiras universidades no país, precedidas por escolas profissionais e academias militares.

O Brasil teve antes do século XX, desde a época colonial, algumas instituições docentes notáveis em certos aspectos. Em várias delas havia algum ensino científico ou técnico. A criação de universidades, e não mais apenas escolas superiores isoladas, só se efetivou no século XX, num fenômeno singular brasileiro. (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007, p. 1780).

A realização do último grande evento de bibliotecas universitárias, XX SNBU, que foi realizado de 15 a 20 de abril de 2018, aconteceu em Salvador. O tema do evento:

Proporcionar um espaço de reflexão, debate, produção de conhecimento e informação sobre a biblioteca universitária como um espaço de ensino, pesquisa, extensão, criação e inovação, resgatando a missão das bibliotecas universitárias em seu contexto institucional contemporâneo. Na conferência de abertura proferida pelo Professor Fernando Modesto ele ressaltou:

O aparecimento da biblioteca universitária tem origem no próprio surgimento das universidades, na Idade Média. A necessidade de livros por estudantes era atendida pelo livreiro (uma espécie de bibliotecário) que alugava folhetos manuscritos (*peciae*) que integravam o conjunto de obras aprovadas e corrigidas pelos docentes, para que os alunos pudessem copiá-los para estudo. A divisão das obras em vários livretos permitia serem copiados por vários alunos simultaneamente. Esta forma de organização e provimento de serviço é considerada o embrião evolutivo do que veria ser a biblioteca da universidade. No século XVIII, a biblioteca universitária, gradualmente, deixa de ser um depósito de livros para se tornar no espaço intelectual da universidade. Esse processo inicia-se na Universidade de Göttingen, fundada em 1734, na Alemanha. A biblioteca nasce ao mesmo tempo que a universidade. E caracterizou-se pela quantidade de material, baseada em seleção e aquisição contínua e cuidadosa; por uma organização e sistema de catalogação eficientes, e que destacam a biblioteca como a melhor da Europa e um paradigma de biblioteca universitária moderna. (MODESTO, 2018, p. 50).

A universidade brasileira começou a ser desenhada no período colonial. De acordo com Cid (1997), a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola no século XVI, trouxe os jesuítas que tiveram uma enorme importância no ensino superior dos países católicos, como foi o caso de Portugal, e também do Brasil. Na Universidade de Coimbra, eles passaram a controlar o Colégio das Artes, que poderia ser descrito como um centro propedêutico à universidade. Em 1553, com a fundação da Universidade de Évora, eles foram convidados a assumi-la, o que fizeram até sua expulsão dos domínios portugueses, em 1759.

Cid (1997) relata ainda que os brasileiros mais abastados se deslocavam para estudar em Portugal quando ainda não existiam universidades brasileiras. Desde o início da colonização até o ano de 1800, mais de 2000 brasileiros estudaram na Universidade de Coimbra. Já no século XVIII, alguns brasileiros também se dirigiram a outras universidades europeias, sobretudo as de Montpellier e Edimburgo. No século XIX, com a Independência do Brasil, houve uma maior aproximação com outros países e a criação de cursos superiores no país, o que justificou a acentuada diminuição de brasileiros estudando em Coimbra. Assim, conforme declaram Barreto e Filgueiras (2007):

A Universidade Federal da Bahia tem sua origem em 1808, data da fundação pelo Príncipe Regente, da Escola de Cirurgia, mais tarde Academia Médico-cirúrgica da Bahia, antecessora da atual Faculdade de Medicina. Da mesma maneira, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de São Paulo devem ser consideradas como datando de 1827, data em que foram criados seus Cursos Jurídicos em Olinda e São Paulo, respectivamente, os

quais começaram a funcionar no ano seguinte. Estes cursos persistem até a atualidade nas respectivas Faculdades de Direito. Ainda do século XIX datam a Universidade Federal de Ouro Preto, cuja Escola de Farmácia se estabeleceu em 1839, e a Universidade Federal de Minas Gerais, cuja unidade mais antiga, a Escola de Direito, foi fundada em 1892 em Ouro Preto com o nome de Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Esta foi depois transferida para Belo Horizonte, onde viria a integrar a Universidade de Minas Gerais (atual UFMG) quando de sua instituição em 1927. Também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul remonta ao século XIX. Sua primeira célula foi a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial, de 1895, que começa a funcionar em fevereiro de 1896. Este é também o ano da fundação da Escola de Engenharia, à qual se seguem outras unidades em rápida sucessão. Estas escolas se reunirão em 1934 para formar a Universidade de Porto Alegre, antecessora da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (BARRETO; FILGUEIRAS, 2007, p. 1788).

Segundo Moraes (2006), a biblioteca universitária brasileira tem sua origem na Bahia, com a expulsão da Companhia de Jesus. Todo seu patrimônio foi confiscado, os livros retirados dos colégios ficaram empilhados em lugares insalubres por muito tempo e quase tudo foi destruído. A biblioteca da Bahia, ligada ao ensino das ciências, possuía os livros de Newton e Descartes. Em 1760, a biblioteca do Colégio de Santo Alexandre, no Pará, tinha mais de 2.000 volumes. No Rio de Janeiro, o Colégio dos Jesuítas tinha em torno 5.000 volumes no século XVIII.

Como já visto, a primeira universidade federal tem origem na Bahia, no período imperial. Segundo Almeida (1989), desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a elite nacional almejava a criação de uma universidade. No período imperial, era clara a correlação entre o desenvolvimento da educação e do ensino superior destinado a elite no país e em Portugal.

Neste sentido, o Quadro 1 apresenta as universidades e cursos superiores no Brasil até a data de 1889:

Quadro 1 – Universidades Federais e Cursos Superiores - Brasil - 1808 a 1889

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES	NOME CURSO	DT INÍCIO FUNCIONAMENTO	MUNICÍPIO	UF
Universidade Federal da Bahia	Medicina	08/03/1808	Salvador	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Medicina	05/11/1808	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Engenharia Civil	01/01/1811	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Escultura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Gravura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pintura	12/08/1816	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Arquitetura e Urbanismo	23/11/1820	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal da Bahia	Farmácia	08/03/1832	Salvador	BA
Universidade Federal de Pernambuco	Direito	15/05/1827	Recife	PE

Continua

Universidade Federal de Ouro Preto	Farmácia	13/05/1839	Ouro Preto	MG
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Música	21/01/1847	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Odontologia	14/05/1856	Rio de Janeiro	RJ
Universidade Federal de Ouro Preto	Engenharia de Minas	13/11/1875	Ouro Preto	MG
Universidade Federal da Bahia	Agronomia	03/03/1877	Cruz das Almas	BA
Universidade Federal da Bahia	Artes Plásticas	06/03/1877	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Teatro	07/03/1877	Salvador	BA
Universidade Federal da Bahia	Odontologia	09/03/1879	Salvador	BA
Universidade Federal de Pelotas	Agronomia	14/03/1888	Capão do Leão	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Engenharia Metalúrgica	01/03/1889	Porto Alegre	RS

Fonte: INEP, 2004 apud COELHO; VASCONCELOS, 2009, p. 3.

Conforme Cunha (2007), a Proclamação da República motivou mudanças importantes:

A proclamação da República no Brasil produziu inúmeras mudanças no país. A descentralização do poder com o federalismo, antes o poder centrado na figura do imperador, agora dividido entre o presidente e os governadores de Estado. O próprio desenvolvimento da economia, o aumento da estrutura de governo, o desenvolvimento urbano e a crescente complexidade da sociedade ao final do século XIX gera demanda por mais universidades. Do Brasil colônia a Era Vargas, classifica-se como universidade temporã. (CUNHA, 2007, p. 16-17).

Segundo Fávero (2000), com o regime republicano, o ensino superior foi mantido como atribuição do poder federal, mas não de maneira exclusiva. Na Constituição de 1891 (art. 35, parágrafo 3º) cita-se “ser atribuição do Congresso Nacional criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados”. Deste período até 1931, foram promulgados vários dispositivos legais alterando o ensino superior, influência do pensamento positivista.

Fávero (2000) aduz ainda que o governo provisório de Getúlio Vargas, em 1931, promoveu ampla reforma educacional, que ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação do país), autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades. Durante o período conhecido por Estado Novo ou Era Vargas, surgiu o Ministério da Educação e Saúde Pública que implementou reformas no ensino superior com uma acentuada centralização (FÁVERO, 2000). A mesma autora destaca que para o Ministro Francisco Franco havia uma dupla função para a universidade: “equipar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propícios às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional,

é o da investigação e da ciência pura" (FÁVERO, 2000. p. 41). O projeto de universidade do governo Vargas propaga a ideia da universidade técnica, voltada para a formação profissional do trabalhador brasileiro, dentro de uma lógica autoritária e definidora da identidade nacional. Em outras palavras, se antes não havia um projeto de universidade, agora o governo imprime um tom ideológico. Um destaque feito por Maria de Lourdes Fávero nos informa que no mesmo período surgiu a União Nacional dos Estudantes - UNE, entidade dos estudantes que passou a desempenhar crítica às políticas educacionais.

A criação de universidades pela União, entretanto, ocorreu principalmente após a queda do Estado Novo, em meados da década de 1940, mediante a federalização de instituições de ensino superior. Contudo, não havia previsão legal sobre a maneira de as bibliotecas universitárias atenderem à demanda da comunidade acadêmica.

Segundo Cunha (2007), ocorreram tentativas na Era Vargas de promover as bibliotecas universitárias com ações para a criação e marcos regulatórios do Estado. Contudo, tais tentativas foram tardias, com orçamentos exíguos perante a inexistência de políticas governamentais integradas.

A partir de 1945, Fávero (2000) destaca a redemocratização no país com a deposição do presidente Getúlio Vargas, consolidada com a promulgação da nova Constituição de 1946, que prega a liberdade de pensamento. Na década de 40, com a repercussão da Segunda Guerra Mundial, o impacto das bombas atômicas e a disputa por mercado fomentaram as pesquisas científicas: em 1948, houve a criação da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência - SBPC, em 1949, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF e em 1950, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA, quase que simultaneamente.

Segundo Cunha; Diógenes (2016), com o pós-guerra ocorreu um crescimento das universidades e com elas a criação de bibliotecas universitárias para atender à exigência do mercado de trabalho que buscava a qualificação por meio da ciência e tecnologia. Um marco destacado na história das universidades é a Reforma Universitária de 1968, consolidada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Contudo, o referido documento não menciona a palavra biblioteca em nenhuma parte da lei.

Já no ano de 1951, tiveram origem o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, o atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Fávero (2000) ressalta que a criação do CNPq e da CAPES possibilitou o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em vários campos do conhecimento. Além disso, viabilizou o fomento de bolsas e a implantação de núcleos de pesquisa.



Em 1961 houve o importante registro da criação das Comissões Coordenadoras dos Cursos de Pós-graduação, cuja iniciativa gerou a implementação de cursos de Mestrado e Doutorado nos Instituto de Biofísica e de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Neste mesmo ano surgiu a ideia da criação da Universidade de Brasília - UnB. Sua fundação foi em 15 de dezembro de 1961, planejada sob as concepções de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro. A UnB foi a primeira universidade brasileira concebida aplicando o modelo norte-americano, isto é, baseada em institutos, faculdades e unidades complementares em que o departamento é a unidade didática básica. Em 1963 foi criada a Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia - COPPE, dando início ao curso de Mestrado em Engenharia Química da UFRJ.

Podemos apontar que a criação tardia da universidade brasileira se processa então na junção de faculdades isoladas e continua com a formação de profissionais liberais, que já vinha sendo realizada por todo o século XIX. No período que se prolonga pelos anos 1950 e início da década de 1960, a referida instituição constituía-se um bem cultural para uma minoria que possuía os dotes culturais necessários à sua aprovação. (TOSCANO; SANTOS JUNIOR, 2013, p. 173).

Em 1964 ocorreu o golpe militar. Nesse período existiam 37 universidades no Brasil, federais e particulares, que, em sua grande maioria, eram frutos de processo por agregação de escolas profissionalizantes. Em 20 de agosto de 1965, o presidente Castelo Branco sanciona a Lei nº 4.759, determinando que as universidades e escolas técnicas das capitais sejam qualificadas pelo termo federal e denominadas pelo respectivo estado-membro, por exemplo, a universidade de Minas Gerais passava a ser chamada de Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; já aquelas que detinham sua sede fora da capital do estado, seriam qualificadas como federais seguidas do nome da cidade. Então, foi durante a ditadura militar que se deu a criação de Universidade Federal em cada estado brasileiro (FÁVERO, 2000, p. 101).

Para Toscano e Santos Júnior (2013), o regime militar não cumpriu com o artigo 2º da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68, que versa sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, repercutindo de forma negativa na qualidade do ensino de graduação. Fávero (1977) destaca que a Constituição de 1967 evidencia a interferência do poder estatal nos desígnios das universidades no que se refere à liberdade de cátedra, concedendo, mediante outorga constitucional, vitaliciedade para os professores catedráticos que eram nomeados alinhados ao regime iniciado em 31 de março de 1964.

Miranda (1993) discorre sobre a crise enfrentada pela biblioteca universitária brasileira diante da Renovação Universitária, pela tentativa de transformação dos métodos de ensino e aprendizagem, pela explosão demográfica no ingresso de discentes, pela intensificação de pesquisas e da extensão e, sobretudo, pela capacitação de docentes que

demandam maior sofisticação e exigem maior pertinência no atendimento dos serviços de informação e documentação.

O quadro traçado por Etelvina Lima, ao abordar a biblioteca universitária no âmbito da Reforma de 68, pode ser resumido conforme segue: a Lei 5 540/68 se deparou com uma universidade conservadora – pela sua forma de construir o conhecimento –, e fragmentada – pela forma como se originou –, além de distanciada das mudanças extramuros que vinham ocorrendo, principalmente a partir da segunda metade do século XX. (LUBISCO, 2001, p. 71).

Tarapanoff (1981) destaca que a biblioteca deveria planejar seus serviços em relação aos objetivos da universidade; perceber as bibliotecas como um sistema, opondo-se à biblioteca isolada. Começa a introduzir o princípio da centralização, coordenação e cooperação para evitar duplicação de atividades e assegurar a racionalidade administrativa. Assim, tem-se que a Reforma Universitária de 1968 não especificou diretrizes de mudança ou adaptação para a biblioteca universitária, o que dificultou a interpretação quanto às alterações nas bibliotecas.

Na década de 1970, a iniciativa dos diretores das Bibliotecas Centrais das universidades resultou na formação do Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores das Bibliotecas Centrais Brasileiras, em 1972, e na criação, em agosto de 1973, da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras (ABBU) que, dentre outros objetivos visava estudar os problemas das bibliotecas universitárias com a finalidade de formular uma política nacional para seu desenvolvimento. A ABBU tentou a possibilidade de uma filiação ao Conselho de Reitores (CRUB), uma vez que esse colegiado era voltado às questões do planejamento da universidade e a Comissão à da BU, mas foi rejeitada pelo CRUB por considerar que a linha de ação da Comissão era incompatível com a do CRUB. Em julho de 1974, com o apoio do CRUB foi realizado um Seminário na Universidade de Brasília, no então Departamento de Biblioteconomia, cujo principal objetivo era estudar a posição da biblioteca dentro da universidade depois da reforma. O tema central intitulou-se: "A Posição da Biblioteca na Organização Operacional da Universidade" e foi apresentado por Antônio Briquet de Lemos. (TARAPANOFF, 1981, p. 20-21).

Em 1980 o país possuía cerca de 40 universidades públicas que foram equipadas com laboratórios e bibliotecas, os docentes e servidores foram profissionalizados e os salários pagos eram razoáveis naquela época (MORHY, 2004).

O planejamento de bibliotecários no Brasil é um fator que adquire um aspecto de coordenação a partir da década de 1970, influenciado pelo contexto de planejamento econômico e pelo primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que ocorreu em 1973. (SANTOS; ARAÚJO; NUNES, 2014, p. 4).

No advento da Nova República, em 15 de março de 1985, assumiu o governo de José Sarney (1985 – 1990). Então duas ideias emergiram como fundamentais para as universidades públicas: a primeira sobre a autonomia universitária e a segunda sobre a necessidade de democratização do acesso à universidade pública, com ampliação das vagas para um maior contingente populacional. Diante disso, foi criada a Comissão de Alto Nível, para estudar a Reformulação da Educação Superior, instituída pelo Decreto nº 91.177, em 29

de março de 1985, que tinha como escopo verificar a situação de crise das universidades brasileiras e a proposição de soluções (TOSCANO; SANTOS JÚNIOR, 2013).

Segundo a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior - CNRES, a utilização eficiente dos recursos públicos pressupõe o emprego adequado dos equipamentos e instalações. A recomendação é o fortalecimento e a expansão da CAPES como um núcleo central do Ministério da Educação para a pesquisa e a pós-graduação, posto ter se tornado um organismo governamental fundamental na manutenção da pós-graduação no Brasil, e passou a alocar recursos à pesquisa universitária oriundos de fontes externas ao Ministério da Educação, colaborando com a pesquisa científica mediante a concessão de bolsas de mestrado e doutorado.

O quadro abaixo apresenta a comparação entre os documentos gerados, quais sejam: Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU, CNRES, Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior - GERES e Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB.

Quadro 2 – Comparação entre os documentos do PARU/CNRES/GERES/PAIUB

DOCUMENTO / TÓPICO	PARU 1983	CNRES 1985	GERES 1986	PAIUB 1993
Autores	Grupo gestor (especialistas em análise de projetos, sendo alguns técnicos do MEC)	24 membros (heterogêneo) provenientes da comunidade acadêmica e da sociedade	Grupo interno do MEC	Comissão Nacional de Avaliação (Representativa de entidades)
Objetivo	Diagnóstico da educação superior	Propor nova política de educação superior	Propor nova lei de educação superior	Propor uma sistemática de avaliação institucional
Função / Concepção de avaliação	Formativa	Regulação	Regulação	Formativa
Justificativa	Investigação sistemática da realidade	Contraponto da autonomia. Vincula financiamento	Contraponto da autonomia. Vincula financiamento	Prestação de contas por ser um bem público que atinge a sociedade
Tipo de avaliação	Interna	Externa	Externa	Autoavaliação e avaliação externa
Agentes da avaliação	Comunidade acadêmica	Conselho Federal de Educação (para as universidades) Universidades (para as faculdades próximas)	Secretaria de Educação Superior para a Educação Pública Mercado (para a educação privada)	Endógena e voluntária
Unidade de análise	Instituição	Instituição	Instituição	Instituição, iniciando pelo ensino de graduação
Instrumentos	Indicadores e Estudos de caso	Indicadores de desempenho	Indicadores de desempenho	Indicadores de desempenho

Fonte: BARREYRO; ROTHEN, 2008, p. 148.



Segundo Santos, Araújo e Nunes (2014), os diretores das Bibliotecas Centrais formaram a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), iniciando uma luta sistematizada para a melhoria da Biblioteca Universitária. As discussões e reflexões tiveram continuidade a partir do I SNBU, em 1978, que se tornou um importante fórum para debater sobre a biblioteca universitária, e em decorrência foi criado o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBu.

O know-how que desenvolveram através de estudos, atualizações e titulação, como também por meio de visitas e estágios que realizaram em centros mais avançados, certamente contribuiu de forma decisiva para que Governo Federal apoiasse o movimento de redefinição da biblioteca universitária brasileira, que culminou com a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBu), como será visto mais adiante. A ação desses precursores, no entanto, não se limitou à teoria. Incansavelmente, envidaram esforços para implantar no País uma cultura e uma prática em documentação, orientada para o tratamento e controle da informação, segundo padrões internacionais. (LUBISCO, 2001, p. 73).

Segundo Lubisco (2001), havia a necessidade de conhecer a realidade enfrentada em cada biblioteca, traçando-se metas para criar uma nova dimensão, uma verdadeira reforma da biblioteca, incluindo a criação de um Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias.

Finalmente criado em 24 de abril de 1986, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias foi acompanhado da instituição do Programa do mesmo nome, visando garantir sua implantação (Portarias 287 e 288/86). Sua macro concepção centrava-se num sistema nacional, a exemplo do que preconizava o NATIS<sup>1</sup>, a quem incumbiria "assegurar condições para a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades – bem como dos meios de comunicação e de interligação dos sistemas – e a determinação de diretrizes para aplicação de recursos humanos, bibliográficos, financeiros, tecnológicos que garantissem a consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias. (GARCIA apud LUBISCO, 2001, p. 80).

Igualmente, a professora Etelvina Lima (1975) afirmou que a redefinição do padrão e dos objetivos da biblioteca universitária exigiria um diagnóstico dos serviços dos bibliotecários universitários, com apoio governamental, em virtude da grandeza do problema.

A primeira política pública feita para as bibliotecas universitárias, o PNBu, foi apresentada pela Secretaria de Ensino Superior - SESu do MEC por meio da Portaria nº 287, de 24 de abril de 1986. Foi impulsionada pelos bibliotecários universitários com apoio de

---

<sup>1</sup> Em 1974, a UNESCO promoveu, em Paris, uma conferência intergovernamental, cujo objetivo era, justamente, estabelecer princípios relativos à organização, em âmbito nacional, dos serviços bibliográficos e de informação especializada. Lançou, posteriormente, os fundamentos do que chamou sistemas nacionais de informação, *National Information Systems* - NATIS, cuja forma e caráter exatos variariam, evidentemente, de país para país. No Brasil, a Biblioteca Nacional ocupou lugar relevante nos NATIS.

agências de fomento e órgãos como a Biblioteca Nacional - BN, o CRUB, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições - FEBAB e o Ministério de Educação e Cultura - MEC.

O PNBu foi estruturado em seis grandes áreas, com doze diretrizes e suas respectivas quarenta e seis ações, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3 – Áreas temáticas do PNBu

EIXO TEMÁTICO	DIRETRIZES
1 - PLANEJAMENTO: Organizacional, Financeiro, de Recursos Humanos e Físicos	Estabelecer um sistema de bibliotecas em cada universidade; Definir padrões de desempenho (metas) para as bibliotecas; Prover recursos financeiros suficientes à sua prestação de serviços; Formar e qualificar adequadamente os recursos humanos; Dotar a biblioteca de estrutura física adequada à sua coleção, público e funcionários;
2 - FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	Formular políticas de constituição, desenvolvimento e conservação de coleções; Estimular programas de aquisição cooperativa e planejada;
3 - PROCESSAMENTO TÉCNICO DOS DOCUMENTOS	Tratar os documentos de forma padronizada, racionalizando os procedimentos e favorecendo intercâmbio entre arquivos;
4 - AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	Estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos da biblioteca;
5 - USUÁRIOS E SERVIÇOS	Assegurar métodos e técnicas que identifiquem as necessidades de informação dos usuários e das IFES; Assegurar o planejamento e oferecimento dos serviços da informação de acordo com a diversidade acadêmica;
6 - ATIVIDADES COOPERATIVAS	Estimular a participação de bibliotecas universitárias em atividades cooperativas e voluntária

Fonte: CAETANO, 2012, p. 3-4.

A criação do PNBu, para Chastinet (1990), ocorreu devido ao fortalecimento da pós-graduação na década de 70, o que refletiu positivamente na biblioteca universitária. Os profissionais realizaram discussões entre as instituições e em 1979 criaram seu fórum de debates, o SNBU. Nesse espaço, os profissionais discutiram e passaram a pressionar o governo propondo a criação de uma unidade no MEC para atuar como elemento de ligação entre as bibliotecas e o setor responsável pelas políticas públicas do setor educacional.

Segundo Lubisco (2001), a biblioteca universitária teve imensos ganhos, um momento desenvolvimentista, uma visão da biblioteca universitária não só integrada à vida

acadêmica, mas à vida do país. Surgiram programas que promoveram uma integração nacional nas áreas de comutação bibliográfica, a catalogação cooperativa, e envolvendo entidades como o Instituto Brasileiro em Informação Ciência e Tecnologia - IBICT, a Fundação Getúlio Vargas - FGV, a BN, o CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, entre outros.

Vários foram os programas criados à época: Programa de Aquisição Planificada de Periódicos - PAP, o Programa de Financiamento de Livros para os Cursos de Graduação - BIBLOS, o Programa de Estudos Técnicos, Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, a interação com a rede Bibliodata da FGV e com a Central de Duplicatas da Biblioteca Central de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais - BICENGE, a realização do Curso de Especialização para Bibliotecários das Instituições de Ensino Superior - CEBIES; e a publicação das séries "Documentos Técnicos", "Documentos de Planejamento" e "Documentos do Programa de Estudos Técnicos. Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos" - DOC.PET. (LUBISCO, 2001, p. 82).

O PNBU desenvolve-se tendo suas ações implementadas, porém o processo é descontínuo, chegando aos dias atuais sem efetividade, visto que "o governo fechou os programas específicos que mantinham para as bibliotecas universitárias no MEC e dotou uma série de medidas que são importantes, mas que estão longe de conduzirem à solução do problema". (MIRANDA, 1993, p. 52).

Produção profícua e de grande aplicabilidade nas bibliotecas, careceu somente de continuidade – problema decorrente da não-consecução do segundo objetivo do PNBU. As bibliotecas universitárias auferiram imensos benefícios, tanto no que diz respeito a recursos de diversas ordens que lhes foram alocados, quanto à capacitação de pessoal e, principalmente, à possibilidade de desenvolver uma visão da biblioteca universitária não só integrada à vida acadêmica, mas à vida do País. Exemplos desses benefícios – apesar das críticas feitas já na ocasião sobre critérios de inclusão nos programas que tiveram o mérito de se integrar a iniciativas nacionais como a comutação bibliográfica, a catalogação cooperativa e envolver organismos como o IBICT, a Fundação Getúlio Vargas, a Biblioteca Nacional, o CNPq, a FINEP, entre outros. (LUBISCO, 2001, p. 81).

Dentre os vieses que envolvem a questão financeira das bibliotecas, e um dos problemas que perdura até hoje, é a falta de destinação orçamentária para as bibliotecas. A concessão às unidades de informação, particularmente às bibliotecas dos Institutos Federais de Ensino Superior - IFES, de orçamentos próprios, garantindo a manutenção de serviços adequados constava como solicitação desde anos 70. As bibliotecas, os sistemas e as próprias coordenações são unidades suplementares, ou seja, dependem dos recursos destinados pelas direções, seja da reitoria ou da diretoria das unidades.

A política nacional de educação superior, feita pelo MEC, através do SESu, institucionalizou o PNBU. A Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias - CBBU é o órgão assessor da diretoria da FEBAB, que representa ainda, atualmente, os interesses da biblioteca universitária. O MEC atribui poderes para o Programa Nacional de Bibliotecas de

Instituições de Ensino Superior – PROBIB, pela Portaria nº 288, de 24 de abril de 1986, com suas metas definidas pelo Ministro da Educação e suas despesas consignadas no orçamento do próprio ministério, com finalidade de distribuir livros e periódicos para todas as IFES, através de uma ação conjunta entre a CAPES, a FINEP, o CNPq e a SESu. Em 1995, o programa foi desativado. As articulações com agências de fomento, órgãos da administração superior do governo, aproximação com as universidades e os dirigentes de bibliotecas centrais, setoriais e de instituições isoladas foram fundamentais para estabelecer a rede de comunicação e suporte às ações do PNBu durante a efetivação dos programas, projetos e solicitações. Infelizmente, as articulações não foram suficientes para manter o plano em funcionamento quando ocorreu a mudança de governo em 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello. A viabilidade do PNBu deveu-se ao empenho da coordenadora do plano e sua liderança, Yone Chastinet e as articulações com os bibliotecários e dirigentes das universidades, pois as condições institucionais frágeis e a questão orçamentária contribuíram para a desativar o programa.

Na década de 1990, o PNBu perde seu brilho e grande parte de sua força de articulação política com a saída de sua mentora e coordenadora, Yone Sepúlveda Chastinet. Além disso, somada à transformação do PNBu em um Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior, inviabiliza a continuidade institucional. Como agravante, foi extinta a única ação harmônica e integrada do Governo Federal que as BU tiveram ao longo de sua história. (CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 117)

A liderança é um fenômeno importante e necessário aos empreendimentos humanos, porém há que se seguir o concomitante processo institucional que assegura a permanência do empreendimento. A institucionalização em termos puramente formais do PNBu, transformado em PROBIB tardiamente em 1990, ocorreu num momento político vulnerável - transição do governo Sarney para Fernando Collor. A institucionalização cumpriu a formalidade ao final do governo Sarney, aliás, é típico de governos brasileiros aprovarem planos ou programas ao final de suas gestões para incrementarem os relatórios administrativos, sabendo que o sucessor do cargo não os levará adiante, pois não fazem parte do plano de governo do novo gestor. Por conseguinte, o esforço de legalização não resultou na institucionalização efetiva do PNBu em âmbito do MEC. O conceito de instituição e institucional refere-se a valores e práticas sancionadas socialmente, aos quais correspondem estruturas organizacionais duradouras. (GARCIA, 1991, p. 21).

O governo Collor, segundo Busquet (2012), começa com o neoliberalismo no Brasil, com destaque para privatizações e diminuição do poder estatal. Com a falta de investimentos estatais e a suspensão de concursos públicos para as bibliotecas universitárias, ocorreu a suspensão da contratação de bibliotecários. Afetou o atendimento presencial nas bibliotecas universitárias.

As despesas relativas às bibliotecas universitárias não são fáceis de identificar, uma vez que não são descritas nem nos orçamentos do Ministério Ciência e Tecnologia - MCT e nem do MEC. A identificação dos recursos destinados ao PNBu, graças ao relatório de avaliação de 1991, descreve os recursos recebidos entre os anos de 1986 e 1990 para

desempenhar as atividades planejadas (SILVA, 2009). Os principais financiadores foram o MEC, através de verbas do SESu, CAPES e o Fundo Nacional de Educação - FNDE.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES foi criado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, oficializado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004. A biblioteca está classificada na dimensão infraestrutura na metodologia do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP para avaliação dos cursos. Abaixo, Maia e Santos (2015) transcrevem parte da opinião emitida por um gestor acerca do recurso financeiro, e seguem com demais considerações:

"Não, a famosa avaliação do MEC. O instrumento de medição não é suficiente pela quantidade de cursos e pela recomposição ou formação do acervo pela bibliografia básica. Não é suficiente, precisa de ser muito maior para que a biblioteca mantenha o acervo de todos os cursos pelo menos quatro vezes do que é hoje para cumprir a quantidade solicitada e descrita no instrumento do MEC". [...] o recurso financeiro, reconhecido institucionalmente como não é suficiente para atender à demanda real dos cursos por material informacional. [...] Apesar de o valor ser acrescido a cada ano, tal prática não consegue atender ao que está proposto no instrumento de avaliação. Um dos motivos é a própria dinâmica aplicada pela Instituição no processo de ampliar a quantidade de vagas e/ou criar novos cursos. (MAIA; SANTOS, 2015).

No século XXI, a universidade ganha uma grande reestruturação. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI teve como meta aumentar o acesso e a permanência nos cursos de graduação. Conforme o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, as diretrizes para cumprir a proposta são a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização curricular e de metodologias de ensino, a diversificação das modalidades de graduação, o aumento de políticas de assistência estudantil e a articulação dos vários níveis da educação (formação básica com graduação e desta com a pós-graduação). O SINAES, criado pela CONAES, foi oficializado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (MEC, 2004)

A bibliotecária Nídia Lubisco, em 2008, coordenou na Universidade Federal da Bahia – UFBA, o foro nacional que era o Seminário de Avaliação de Biblioteca Universitária Brasileira, para discutir e melhorar o modelo de avaliação proposto por ela em sua tese de doutorado. O INEP não possuía indicadores suficientes para avaliar as bibliotecas



universitárias. O desempenho dos serviços das bibliotecas universitárias justifica a existência e a melhoria da instituição.

O planejamento desses centros disseminadores de informações deve ser pensado de forma estratégica, vislumbrando os objetivos pedagógicos dos cursos, o perfil dos usuários, a gestão de recursos humanos, os custos para desenvolvimento e a permanente avaliação de coleções e serviços adequados. (GURGEL; RODRIGUES, 2011, p.212).

Segundo Busquet (2012), planejamento e orçamento estão sempre juntos, pois, as receitas orçamentárias repassadas às universidades, assim, para bibliotecas universitárias, devem ser avaliadas e reavaliadas pelo governo federal.

Os critérios essenciais para avaliar o planejamento do orçamento, segundo Lubisco (2011) são:

1. A biblioteca é uma unidade orçamentária da IES (Instituição de Ensino Superior);
2. O orçamento é determinado regimentalmente, representa em torno de 5 por cento o orçamento da IES (Tesouro Nacional) excluindo a folha de pagamento;
3. A receita prevista é controlada pela biblioteca;
4. A biblioteca tem estrutura para captar e gerir recursos externos procedentes de editais, projetos, departamentos e programas de pós-graduação, oriundos de serviços prestados à comunidade externa, que contribuam para o autofinanciamento. (LUBISCO, 2011)

Uma outra tentativa de política pública foi a sanção da Lei nº 13.005, de junho de 2014, que contém o Plano Nacional de Educação – PNE, que propõe ampliar e reestruturar as bibliotecas da educação superior. Este plano elabora estratégias para implementar o acesso a redes digitais de computadores e internet, incluindo as bibliotecas escolares e as bibliotecas universitárias como instrumentos para erradicar o analfabetismo, as desigualdades educacionais e a melhoria constante da qualidade da educação.

Diante de tudo exposto, não há uma política específica e muito menos sua inclusão explícita em planos, programas e ações governamentais para as bibliotecas universitárias. O PNBu, encerrado no governo Collor, foi uma tentativa de buscar soluções para os problemas nas bibliotecas das universidades desde a reforma universitária de 1968. Na falta de um plano nacional específico para bibliotecas universitárias, buscou-se identificar nos planos nacionais, como o PNE, a inserção das bibliotecas universitárias no cenário político do país. Uma realidade que, de modo algum supre as necessidades orçamentárias das bibliotecas universitárias.

### **2.1.1 Bibliotecas Universitárias: gestão e organização**

Segundo Lemos e Macedo (1975), a função precípua da biblioteca universitária é dar suporte ao ensino difundido dentro da universidade, em todas as áreas do conhecimento,

assim como às atividades de pesquisa e extensão realizadas pela instituição de ensino à qual pertence, refletindo a importância do papel exercido pela biblioteca universitária na formação dos futuros profissionais que estão sendo formados na instituição de ensino superior e nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Assim, cabe à biblioteca universitária cumprir as demandas de pesquisa e de acesso a informações relevantes, incluindo os projetos em desenvolvimento na universidade.

A CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação. As atividades da CAPES são agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada uma desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- a) Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- b) Investimentos na formação de recursos humanos de alto nível, no país e exterior;
- c) Promoção da cooperação científica internacional;
- d) Indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e à distância.

Os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual quanto acerca da construção das mudanças efetuadas, contou com o apoio decisivo da CAPES.

O sistema de avaliação da CAPES, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios) (CAPES, 2018).

Miranda (1993) destaca a importância de as bibliotecas universitárias terem de fato uma política de fortalecimento para graduação, pesquisa e pós-graduação. O autor desenvolveu um estudo que gerou um guia de Bibliotecas Universitárias Brasileiras, produzido em 1979 pela assessoria de planejamento bibliotecário da CAPES/MEC para o conhecimento da realidade dessas instituições ao longo do século XX. Nele, ressalta a realidade das bibliotecas universitárias naquele período, apresentando dados com inúmeras inconsistências decorrentes de interpretações variadas do questionário por parte dos respondentes.

Acervos são um patrimônio que requerem recursos vultosos, com o risco sempre presente de aquisições socialmente menos justificáveis, se os critérios de sua seleção não forem minimamente objetivos e, no caso concreto, não se hastearem em análises precisas de sua situação real. (MIRANDA, 1993, p. 30).

O GERES foi criado como grupo interno do MEC, sendo constituído por cinco pessoas que exerciam funções no MEC. Tinha como função executiva a elaboração de uma

proposta de Reforma Universitária, justificando o nome do grupo. O início se deu com o relatório da CNRES (BARREYRO; ROTHEN, 2008).

A Comissão reconhece a importância de valorização do pessoal técnico-administrativo como condição de eficiência dos servidores das universidades. O funcionamento produtivo dos laboratórios e bibliotecas, assim como de atividades complementares a que a universidade se dedique (museus, teatros, editoras e outras), reclama pessoal especializado e apto ao desempenho competente de suas funções. De outra parte, a autonomia da Universidade pressupõe a disponibilidade de recursos humanos capazes de propiciar uma gestão eficiente de suas atividades-meio (orçamento, pessoal, material, serviços gerais), segundo os programas e objetivos a que se propõe. (BRASIL, 1985, p. 94).

Segundo Barreyro; Rothen (2008), o relatório do GERES é citado como um estabelecimento da visão da regulação e controle da educação superior. Uma proposta de reforma universitária via legislação, pois essa é a tradição brasileira.

GERES retomou o fio condutor do documento da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior "Uma nova política para a educação superior brasileira", a saber, o aumento da autonomia universitária e a avaliação da responsabilidade social mediante processos públicos com critérios estabelecidos pela própria comunidade acadêmica. A ideia do binômio autonomia/avaliação referendada pela comunidade acadêmica seria um dos pontos nevrálgicos da argumentação. O controle das Instituições não seria mais burocrático e ritualista e passaria a ser realizado pelos processos de avaliação institucional, deixando de verificar o cumprimento da legislação e averiguando o desempenho institucional. (BARREYRO; ROTHEN, 2008, p. 143).

A avaliação do GERES teve a função de buscar o controle da qualidade do desempenho da educação superior, especialmente na universidade pública. Segundo Barreyro; Rothen (2008), em 1993 foi criada, pelo MEC, conforme Portaria nº 130 da SESu, uma unidade responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, teve o intuito de "estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras". (BARREYRO; ROTHEN, 2008, p. 145).

Analisando o histórico sob o contexto das bibliotecas universitárias, tem-se em 1987, como resultante do V SNBU, a criação da CBBU, órgão assessor da Diretoria da FEBAB. Atualmente, a CBBU é responsável pelo desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras com base nas propostas do PNBu.

Promover a formulação de políticas públicas em áreas de interesse, para incentivar a cooperação, o compartilhamento de serviços e produtos, a realização de projetos e pesquisas, a elaboração e editoração de documentos técnico-científicos, a organização de eventos, visando à consolidação da educação continuada e à representação das Bibliotecas Universitárias junto a órgãos governamentais e a comunidade científica brasileira. (COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2020).



Surgem novas configurações de serviços na área biblioteconômica, de comunicação, de interação da ciência com a sociedade e da universidade com a sociedade. Dentre os precursores que buscavam "o reconhecimento da biblioteca universitária brasileira como elemento vital da academia, tem-se Antonio Miranda, responsável pelo documento base do I SNBU, ocorrido em 1978" (LUBISCO, 2001, p. 75).

Garcia (1991, *apud* LUBISCO, 2001, p. 82) afirma que o Relatório do I PNBU 1986-89, no qual há o detalhamento dos recursos orçamentários que se originaram do MEC, por meio da SESu, CAPES e FNDE, do Coordenação Nacional do CNPq e da FINEP, apresenta a seguinte proporção: 84,14% do Ministério, 3,80% do CNPq e 12,05% da FINEP, de um total de US\$ 7.533.254.00 para o período 86/89.

E para encerrar o ciclo de questões que envolveram os avanços e os problemas do PNBU, Garcia levanta o fato de que "a institucionalização dos serviços bibliotecários e de informação não encontram matriz cultural favorável sobre a qual deitar suas raízes", afirmativa que pode ser relacionada principalmente ao pensamento de Luís Milanesi, de Ezequiel Theodoro da Silva e de Lauro de Oliveira Lima, porquanto a referida matriz está cunhada sob os cânones das culturas colonialista, católica e escravocrata, traduzidas pela repressão ao ensino e à informação'. (GARCIA *apud* LUBISCO, 2001, p. 83).

Segundo Tarapanoff (1981), a questão da autonomia financeira é um grande problema porque as bibliotecas universitárias, como as escolares e as especializadas, não dispõem de autonomia financeira por pertencerem organizacionalmente a uma instituição maior. Assim, no caso das universitárias, imagens de uma e de outra – biblioteca e universidade, se confundem, levando à conclusão de que o desempenho de uma está atrelado ao desempenho da outra.

#### **2.1.1.1 Modelos: centralizado e setorial**

No Brasil existem dois tipos de organização de biblioteca universitária, o tipo centralizado e o descentralizado. O modelo centralizado envolve todos os acervos de diferentes áreas do conhecimento em um espaço único na universidade. Esse modelo é utilizado na UnB e na Universidade Federal de Viçosa. O modelo descentralizado é mais comum. Os departamentos, escolas e unidades temáticas optam por ter acervo mais perto dos seus usuários. Assim, a Biblioteca Central coordena o planejamento das bibliotecas departamentais no que se refere à distribuição de verbas, aquisição de tecnologias e distribuição de pessoal. Um exemplo é o sistema de bibliotecas da UFMG.

A biblioteca universitária tem um papel muito importante na formação dos futuros profissionais que estão sendo instruídos na instituição de ensino superior. Segundo Lemos e Macedo (1975), a Lei nº 5.540, de 1968, que trata da organização das universidades, não

menciona biblioteca universitária. Contudo, o Conselho Federal de Educação introduz alguns requisitos para que um curso superior tenha reconhecimento, sendo um deles a existência de uma biblioteca para atender a finalidade educacional. Um exemplo dessa variedade organizacional é apresentado por Lemos e Macedo (1975):

1. Biblioteca Central
  - Biblioteca central única;
  - Biblioteca central coordenando bibliotecas departamentais;
  - Biblioteca central controlando a aquisição de materiais e a distribuição de pessoal de bibliotecas departamentais;
2. Bibliotecas Departamentais ou setoriais;
  - Bibliotecas sem coordenação, ao lado de um serviço central de informações bibliográficas;
  - Bibliotecas autônomas ligadas a faculdades, institutos e departamentos. (LEMOS; MACEDO, 1975, p. 43-44).

Carvalho (1981) alerta sobre a proliferação das bibliotecas universitárias setoriais na década de 80:

As bibliotecas universitárias se constituíram, pois, de iniciativas particulares isoladas o que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais, pequenas, que mantinham seus acervos fechados, inertes, organizadas de forma artesanal e intuitiva. Por se considerarem autossuficientes, qualquer esforço cooperativo era reprimido e alheias às atividades desenvolvidas por outras bibliotecas e pela própria universidade. (CARVALHO, 1981, p. 17).

Segundo Ferreira (1980), a Reforma Universitária procurou reestruturar o ensino superior no país. Contudo, de forma direta, as bibliotecas universitárias não foram contempladas. Indiretamente, a questão da racionalidade de recursos e redefinição das atividades de ensino, pesquisa e a extensão abriram novas perspectivas para bibliotecas universitárias. A definição dessas atividades e a necessidade suscitou na biblioteca universitária novas formas de se organizar e atender à comunidade acadêmica nos níveis de graduação e de pós-graduação. Na visão de Tarapanoff (1981), foi uma correção do ensino superior, um planejamento com visão sistêmica, social e econômica, modernização da estrutura universitária, diretrizes para racionalidade e manutenção da racionalidade dos recursos materiais e humanos.

### **2.1.2 A cooperação no desenvolvimento das bibliotecas universitárias**

Uma das manifestações mais antigas de cooperação entre bibliotecas que se tem notícia é o empréstimo entre bibliotecas, apesar da notória informalidade e ausência de infraestrutura adequada que permeia essa atividade (AMARAL, 2013).

Segundo Cunha e Diógenes (2016), a cooperação entre bibliotecas foi incentivada por instituições, tais como o IBICT, antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD, desenvolvedor de projetos de cooperação. Entre esses projetos, destacam-se o Catálogo Coletivo Nacional de Publicação Seriadas e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

O Catálogo Coletivo Nacional de Publicação Seriadas - CCN, por sua vez, foi criado em 1954, pelo IBBD, antigo IBICT, reúne informações de periódicos científicos abrigados nas bibliotecas das universidades federais. É de acesso público e reúne informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nas bibliotecas brasileiras. Essas bibliotecas, que compõem a rede CCN, possuem acervos automatizados e atuam de maneira cooperativa sob a coordenação do IBICT. De 1970 a 1978, o sistema automatizado possibilitou a divulgação impressa do CCN por grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Agrícolas e Veterinárias, Ciências da Saúde e Ciências Sociais e Humanas. Em 1978, devido ao crescimento constante de novos títulos e acréscido do inter-relacionamento entre as áreas do conhecimento, o IBICT optou pela divulgação do CCN em microfichas reunindo todas as áreas.

Ainda nos anos 70 surgiu o projeto CALCO, segundo Lima (1999), administrado pela FGV como a tentativa brasileira de intercâmbio internacional de informações bibliográficas. Visava à catalogação legível por computador, e foi elaborado pela bibliotecária Alice Príncipe Barbosa a partir do Sistema MARC, da *Library of Congress*, para automatizar os processos de catalogação cooperativa, permitindo o intercâmbio via rede Bibliodata. A utilização de padrões internacionais vigentes possibilitaria ao Brasil pular etapas no processo de modernização e integração de bibliotecas, sob os cuidados da FGV e de organismos governamentais de apoio à pesquisa. Em 1977, foram publicados manuais de instrução para implantação do BIBLIODATA/CALCO na BN. Infelizmente, o BIBLIODATA/CALCO paralisou suas atividades porque a rede não conseguia gerar os recursos financeiros necessários para ampliar os equipamentos que haviam sido inicialmente disponibilizados pela FGV para instalação do catálogo coletivo. A contribuição financeira das bibliotecas cooperantes cobria apenas os custos operacionais da rede. Segundo Cunha (1987), no mundo desenvolvido, as bibliotecas encontravam soluções de automação à altura das demandas de seus usuários, no Brasil, em parte pela reserva de mercado de informática, poucas bibliotecas se aventuravam à custosa empreitada de investir no desenvolvimento de um sistema de automação próprio.

O programa de Comutação Bibliográfica - COMUT foi criado em 1980, vinculado à CAPES, pela Portaria nº 456, de 5 de agosto de 1980, do MEC.

Em 1983, o IBICT iniciou o desenvolvimento do Sistema Integrado de Publicações Seriadas - SIPS, desenvolvido em formato compatível com o *International Serials Data*

*System* - ISDS, que permitiu a otimização do processamento e maior flexibilidade no tratamento, armazenamento e intercâmbio de dados sob a forma de fita magnética. Já em 1989, foi elaborado um estudo comparativo entre a norma de transcrição de dados de coleções usada no CCN. A contribuição do estudo resultou na ampliação da norma existente, propiciando a incorporação de características relevantes para catálogos coletivos e sua disponibilização na web em 1998. Os objetivos do catálogo coletivo são difundir, identificar e localizar publicações seriadas existentes no país; estabelecer políticas de aquisição de coleções; padronizar a entrada dos títulos conforme critérios internacionais; promover o intercâmbio entre bibliotecas, nos anos 80, por meio do COMUT, gerenciado pelo IBICT, que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Dentre esses documentos, estão artigos de periódicos, dissertações, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. (IBICT, 2018a).

De 1994 a 1996, a FGV elaborou um Plano para Modernização e Desenvolvimento da Rede BIBLIODATA. Este plano, inicialmente voltado para a modernização tecnológica da rede, durante o ano seguinte, desdobrou-se em três vertentes complementares: tecnológica, educacional e institucional. Assim, a Rede BIBLIODATA/CALCO passou para o formato USMARC, abandonando o formato CALCO por ser defasado, de modo que o nome passa a ser apenas BIBLIODATA.

Cunha e Diógenes (2016) relatam que, em outubro de 2011, a rede BIBLIODATA/CALCO contabilizava quase 2 milhões de registros bibliográficos. Em dezembro do mesmo ano, foi realizada na sede do IBICT, um encontro intitulado “Reunião de Análise Estratégica dos Serviços CCN, COMUT, *International Standard Serial Number* - ISSN e BIBLIODATA”. Mais uma tentativa de ressuscitar o programa de cooperação, mas não produziu efeitos, desde a transferência do BIBLIODATA está paralisada no IBICT, espera-se que seja retomada a ideia da catalogação cooperativa para melhorar a atuação das bibliotecas universitárias.

O PROSSIGA (Programa de Informação e Comunicação para a Ciência e Tecnologia) foi criado em 1995 por Yone Sepúlveda Chastinet, resultado de um trabalho cooperativo entre CNPq, IBICT e bibliotecas universitárias de universidades públicas (CUNHA; DIÓGENES, 2016). O programa desenvolveu serviços de informações como bases de dados de fomento à pesquisa, eventos em ciência e tecnologia, bibliotecas virtuais, portais de informação, produção de boletins eletrônicos em temas e setores produtivos de inúmeras áreas do conhecimento. Atualmente, todavia, o site está desativado.

Outro destaque é a base científica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) criada em 1998 e o Portal de periódicos da CAPES, de 2000. Segundo Rodrigues (2008),

ocorreram mudanças no desenvolvimento das coleções de periódicos com um aumento significativo de periódicos nas coleções das bibliotecas universitárias. Para Cunha (1999), mesmo com todas as dificuldades financeiras, as bibliotecas universitárias conseguiram incorporar as tecnologias digitais ao longo do tempo.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) disponibiliza de forma livre e gratuita o acesso ao texto completo das dissertações e teses existentes nas bibliotecas universitárias públicas e federais. A BDTD é referência ao movimento do acesso livre ao conhecimento. Lançada em 2002, utiliza tecnologias de arquivos abertos e integra sistemas de informação de teses e dissertações de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. (IBICT, 2018b).

### **2.1.3 As tecnologias de informação e as bibliotecas universitárias**

As políticas de informação possibilitaram a formação e o desenvolvimento de coleções, e a disponibilidade de recursos orçamentários, permitindo um sistemático e duradouro processo de seleção de acervo das bibliotecas universitárias.

A política de informação é aquela que engloba leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia de produção da informação, desde a sua criação, processamento (natural ou artificial), armazenamento, transporte, distribuição, busca, uso e a sua destruição. Deste modo é capaz de nortear a distinção terminológica, as mudanças sofridas pela informação e assim demonstrar o que é novidade em termos informacionais. (PINHEIRO *apud* REGO, 2017, p. 50).

A Política de Informação Científica e Tecnológica – ICT é fundamental para as bibliotecas universitárias, tendo seu enfoque voltado para a importância do desenvolvimento de coleções, aquisição de tecnologias. Nos anos 50, ocorre a criação de organismos, programas, centros científicos e informacionais, institutos de pesquisa e o desenvolvimento das políticas públicas de Ciência e Tecnologia - C&T.

O principal papel de uma política de informação é proporcionar o quadro jurídico e institucional em que pode ter lugar a troca formal de informações. De acordo com este ponto de vista, a política de informação é destinada a ambos os objetivos políticos, como burocrática como uma política emerge da organização do governo ou do aparelho do Estado, e sua formulação, implementação e desenvolvimento deve ser acompanhado com a produção de vários instrumentos ou documentos legais. [...] não existem políticas boas ou más, não é possível fazer uma avaliação maniqueísta ou simplista, mas é necessário avaliar, especialmente a nível de compromisso entre interesses concorrentes. (SEBASTIÁN; RODRÍGUEZ; MATEOS *apud* REGO 2017, p. 52).

Segundo Aun (1999), a construção de uma política de informação é o que determina o que será prioridade na articulação de medidas para que a sociedade se desenvolva de forma justa e democrática. Destaca ainda que o surgimento de tecnologias, em todo o decorrer histórico, costuma acarretar duas direções: a dos que querem se apropriar



destas tecnologias e a do controle, do represamento do uso que possa vir a ser feito destas tecnologias. Em sua imprevisibilidade, novas tecnologias provocam uma evolução obrigatória aos conteúdos já existentes.

O grande desafio da biblioteca universitária, atualmente, é integrar tecnologias para contribuir na incorporação de serviços para seus usuários; possibilitar uma resposta mais rápida e eficiente rompendo barreiras físicas e ganhando o mundo virtual para acesso à informação.

Observa-se tanto na literatura, quanto na realidade do ambiente acadêmico, que a transição do suporte da informação do meio impresso para o digital impõe desafios significativos para os serviços de biblioteca, entre eles, a necessidade de incorporar tecnologias de informação, definir novas políticas e procedimentos técnicos, identificar riscos e oportunidades para a melhoria da qualidade dos seus serviços e produtos, além de capacitar continuamente as equipes e os usuários. Constata-se, também, que as inovações não se restringem a adoção de recursos tecnológicos, mas de uma mudança de mentalidade e de ações orientadas aos usuários. Há, ainda, muitas outras questões que as bibliotecas universitárias enfrentam, na atualidade, incluindo a ameaça das inovações tecnológicas disruptivas. Entretanto, o apego às tradições e a resistência às mudanças podem tornar difícil as bibliotecas serem inovadoras, neste caso é preciso haver um ambiente cultural favorável. Assim, é mais fácil construir uma biblioteca a partir do zero do que mudar uma cultura que existe a décadas. (MODESTO, 2018 p. 57).

Castells (2002) afirma que a tecnologia é o fator fundamental para o desenvolvimento econômico, científico, político e cultural da sociedade. Ainda não se tem noção do quanto as transformações sociais foram proporcionadas por ela, uma vez que ainda se vive esse momento de mudanças sem fim na maneira de estudar, trabalhar, interagir, informar e disseminar, seja com pessoas ou instituições, sem a limitação de espaço e de tempo.

Para Correa (2001), a automação das bibliotecas iniciou-se nos Estados Unidos, na década de 60, na *Library of Congress*. O grande problema era o controle de empréstimos, uma vez que não se podia obter uma lista de obras emprestadas aos usuários, em pouco tempo, porque não existiam terminais. O empréstimo precisava perfurar uma série de cartões, processo que era moroso e falho. O setor de empréstimos foi o primeiro a ser automatizado. O sucesso da automatização impulsionou os outros setores, como, por exemplo, a confecção de catálogos.

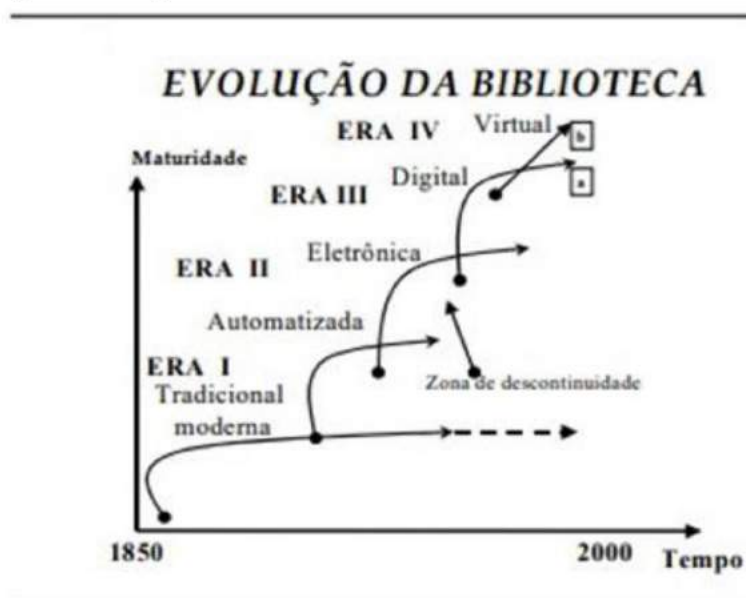
Lubisco (2001) diz que a década de 90 favoreceu ações de cooperação, em escala nunca antes vista. O desenvolvimento do trabalho cooperativo tem sua ampliação com os recursos eletrônicos e da telemática, com o advento da internet.

Para Cunha (2000), a tecnologia é um vetor de mudança e afetará as atividades acadêmicas e a própria natureza da educação superior. Aduz também que inúmeros processos administrativos só são possíveis com a tecnologia de informação.

E como ficam as bibliotecas com essas mudanças nas atividades básicas da universidade? Em todas as épocas, bibliotecas sempre foram dependentes da tecnologia da informação. A passagem dos manuscritos para a utilização de textos impressos, o acesso à base de dados bibliográficos armazenados nos grandes bancos de dados, o uso do CDROM e o advento da biblioteca digital, no final dos anos 90, altamente dependente das diversas tecnologias de informação, demonstram que, nos últimos 150 anos, as bibliotecas sempre acompanharam e venceram os novos paradigmas tecnológicos. (CUNHA, 2000, p. 75).

Na Figura 1, a seguir o autor ilustra a evolução tecnológica da biblioteca, desde a biblioteca tradicional de 1850 até a biblioteca virtual dos anos 2000. Mostrando os marcos e as convivências entre os modelos.

Figura 1 – Evolução tecnológica da biblioteca



Fonte: (CUNHA, 2000, p. 75)

O modelo tradicional de bibliotecas (com base no desenvolvimento e manutenção de coleções próprias e internas à instituição mantenedora) é uma das várias maneiras possíveis de se administrar e gerenciar recursos de informação.[...] O fato de a informação armazenada desta maneira ser frequentemente considerada como estática resulta em duas possíveis direções para o desenvolvimento de bibliotecas: o desenvolvimento de habilidades de tratamento e disponibilidade da informação multimídia (eletrônica) e o provimento de mecanismos que suprirão a informação "viva" (modificável e adaptável). A noção de biblioteca "não física" abrange uma variedade de definições e conceituações, a começar pelo próprio conceito de biblioteca. (MARCHIORI, 1997, p. 1-3).

A partir dos novos conceitos de biblioteca, dos últimos anos do século XX, Barker (1994) *apud* Marchiori (1997) identifica quatro tipos de bibliotecas:

- a) Polimídia – que utiliza diferentes tipos de meios independentes para armazenagem da informação. Seguindo-se este raciocínio, as bibliotecas polimídias seriam instituições que armazenam informação utilizando uma extensa



e variada gama de “mídias”. Essencialmente, são similares às bibliotecas convencionais, contendo livros que convivem com vídeos, fitas, CD-ROM, microfimes, software de computadores etc.;

- b) Eletrônica – que se refere ao sistema em que os processos básicos da biblioteca são de natureza eletrônica, o que implica ampla utilização de computadores e de suas facilidades na construção de índices on-line, busca de textos completos e na recuperação e armazenagem de registros;
- c) Digital – a informação que ela contém existe apenas na forma digital, podendo residir em meios diferentes de armazenagem, como as memórias eletrônicas (discos magnéticos e óticos), podendo ser acessada em locais específicos e remotamente pelas redes de computadores. A grande vantagem da informação digitalizada é que ela pode ser compartilhada instantânea e facilmente, com um custo relativamente baixo;
- d) Virtual – conceituada como um tipo de biblioteca que, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual, com o uso de software que reproduz o ambiente de uma biblioteca em duas ou três dimensões, criando um ambiente de total imersão e interação. É então possível, ao entrar em uma biblioteca virtual, circular entre as salas, selecionar um livro nas estantes, “tocá-lo”, abri-lo e lê-lo. Obviamente, o único “lugar” onde o livro realmente existe é no computador e dentro da cabeça do leitor. (BARKER, 1994 apud MARCHIORI, 1997, p. 4-5).

Dertouzos (1997) *apud* Cunha (2000) aborda o relacionamento entre as bibliotecas tradicionais e digitais. As bibliotecas continuarão com a custódia dos materiais educativos sólidos, com destaque para os livros. Porém, as bibliotecas serão gerenciadoras de linhas de comunicação com outros locais de conhecimento. Assim, as bibliotecas físicas serão os controles de qualidade das bibliotecas virtuais, realizando o gerenciamento de informação para qualidade do ensino das universidades.

Segundo Marchiori (1997), as bibliotecas são lentas na adaptação às mudanças tecnológicas. E isso repercute na organização das coleções e na disseminação de informações.

A sobrevivência da biblioteca (ou qualquer que seja o seu nome) e o efetivo exercício de suas atividades dependem não somente de boas ideias sobre as mudanças apropriadas, mas de cuidadosa atenção sobre como esta mudança será implementada e gerenciada. Esta sobrevivência também se dará pela tomada de certos riscos calculados, identificando-se na tecnologia uma oportunidade para melhorar a qualidade das operações e produtos da biblioteca, que originalmente não foram planejados visando à eficiência, à qualidade, ao serviço orientado ao cliente e ao retorno de investimentos. (MARCHIORI, 1997, p. 1).

Marchiori (1997) destaca ainda que, no futuro, a biblioteca será “infinita”, e computadores interligados em redes de alta velocidade possibilitarão um acesso universal de informações.

A Internet é a rede de maior importância para as bibliotecas, funcionando como um canal na localização e recuperação da informação, auxiliando o bibliotecário a se tornar um provedor de informação. Uma série de catálogos de bibliotecas já estão acessíveis em toda a rede, para que qualquer um, de qualquer lugar do mundo, possa pesquisar em recursos bibliográficos os mais variados. Entretanto, algumas bases de dados e produtos comercializáveis pela rede irão exigir acordos e licenças para que a biblioteca possa acessá-los e disponibilizá-los. Outros produtos, tais como textos completos de artigos de periódicos, jornais e obras de referência, também podem ser utilizados para a estruturação de "pacotes" de informação feitos sob medida para os clientes. Contudo, a maneira como a Internet foi organizada (de certa forma caótica e anárquica) implica que os recursos podem aparecer e desaparecer sem qualquer notícia, e mesmo os instrumentos desenvolvidos para melhorar o acesso aos recursos de pesquisa da rede, tais como o Gopher, WAIS, World Wide Web e Mosaic, não garantem uma pesquisa completa, nem a recuperação da informação mais apropriada e confiável. Segundo a autora, os provedores de informação irão interagir com clientes muitas vezes anônimos quando os serviços forem mediados por computador, com impactos sensíveis na negociação das questões de referência. Neste sentido, os bibliotecários serão responsáveis por prover a informação e não somente informar onde ela está localizada. (SHAW apud MARCHIORI, 1997, p. 2).

Segundo Marchiori (1997), as publicações eletrônicas possuem custos reduzidos quando comparadas com os custos de papel, impressão e transporte. Segundo Norbie e Piggott citados por Marchiori (1997), os bibliotecários representam um fator de ligação entre as demandas dos usuários e as soluções técnicas, gerenciando e provendo acesso à informação. O papel tradicional do bibliotecário tem sido o de encontrar, analisar e disponibilizar a informação. Na atualidade, precisa desenvolver sua função de gerente de informação em rede. Assim, o bibliotecário garantirá sua sobrevivência, e irá ampliar suas habilidades em lidar com pessoas, além da flexibilidade e disposição para explorar as interfaces de informação gerais ou especializadas relevantes aos seus usuários.

As condições de transição da biblioteca tradicional para a biblioteca virtual estão em construção, porém já indicam que um cuidadoso planejamento deve ser realizado para viabilizar sua execução. A biblioteca virtual não é apenas um conjunto de equipamentos e bons programas para a gerência de bases de dados e de telecomunicação. É, antes de mais nada, uma possibilidade de revisão dos modelos administrativos de gerenciamento de informações com altíssimo grau de utilização de tecnologias. Uma atitude gerencial, aliada a um reposicionamento do foco de atividade do bibliotecário do documento para a informação, será crucial para esta transição. (MARCHIORI, 1997, p. 9).

Cunha (2000) destaca que as universidades terão uma importância crescente na sociedade da informação. Será um período de mudanças, desafios e oportunidades nas universidades que terão um elemento-chave para que isso ocorra: a biblioteca universitária. A biblioteca universitária precisa entender que o obstáculo mais forte será remover o comodismo que a impede de responder às necessidades dos usuários do século XX. Assim,

precisa de uma transformação de procedimentos e serviços e de se livrar de estruturas administrativas envelhecidas.

A tecnologia da informação possibilitou a informatização e a implementação de software nas unidades de informação. Os softwares de biblioteca estão cada vez mais presentes, apresentam vantagem no seu armazenamento e na recuperação de informação em instantes. No Brasil, a automação das bibliotecas iniciou-se na década de 80, impulsionado pela criação de redes como a Bibliodata/CALCO da FGV, como mencionado anteriormente.

Segundo Martinelli (1998), o processo de informatização das bibliotecas no Brasil passou a viver uma nova fase, caracterizada pela disponibilidade de recursos avançados com hardwares e softwares que chegaram em solo brasileiro na década de 90.

A partir do final da década de 1990 e início da década de 2000, surgem no Brasil iniciativas em prol do acesso aberto, destacando-se as ações do SCIELO disponibilizando periódicos eletrônicos nessa filosofia e as diretrizes e ações do IBICT, disponibilizando plataformas de acesso aberto para a editoração de periódicos científicos, bem como a disponibilização da BDTD, em que realiza intensa atividade de cooperação com as BU e constitui-se em um exemplo de sucesso em desenvolvimento de repositórios de acesso aberto no Brasil. (CUNHA; DIÓGENES, 2016, p. 118).

Figueiredo (1998) afirma que a modernização das bibliotecas está diretamente ligada à automação de rotinas e serviços. O intuito é implantar uma infraestrutura de comunicação para agilizar e ampliar o acesso à informação pelo usuário. É necessária a aquisição da tecnologia da informação e sua aplicação nas organizações. A modernização das bibliotecas impactou o controle e formação do acervo, levantamentos bibliográficos, catalogação e a comutação.

Figueiredo (2008) destacava ainda a questão do livro eletrônico, há anos anunciado, e que, no entanto, tal tecnologia não atingiu de forma significativa o ambiente das bibliotecas universitárias. A questão do direito autoral complica a aplicação da tecnologia, restringindo a incorporação tão somente de livros de domínio público ao acervo. Hoje esta realidade destacada por Figueiredo já foi superada, hoje os livros eletrônicos, os e-books são uma realidade das bibliotecas universitárias brasileiras. Lima (1999) relata sobre os sistemas de gerenciamento de bibliotecas, bases de dados com uma finalidade específica, projetadas para controlar as atividades da biblioteca, o que permitiu a padronização, a integração, a compatibilidade e o intercâmbio de um grande volume de informações.

Krzyzanowski (2007) discorre que, no Brasil, a área da informação técnico-científica, observa uma evolução crescente dos meios tradicionais para os recursos informatizados. As implementações de experiências de interação nos serviços bibliotecários

foram bem-sucedidas, com o intuito de ampliar e facilitar a identificação e localização, para posterior obtenção de documentos primários com o apoio da tecnologia de cooperação.

A autora apresenta um panorama dos projetos que foram impulsionados para ampliar a oferta de informação disponibilizada (KRZYANOWSKI, 2007, p. 3-6). Os destaques são:

- a) Catalogação cooperativa com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação - SIC e CCN da FGV, na década de 1940;
- b) Serviços cooperativos de fornecimento de cópias reprográficas às bibliotecas brasileiras, estrangeiras e diretamente a pesquisadores pelo IBBD, na década de 1950;
- c) Criação de convênios com bibliotecas de universidades brasileiras objetivando o fortalecimento dos acervos da área de saúde pela Biblioteca Regional de Medicina - BIREME, na década de 1960;
- d) Projeto BIBLIODATA/CALCO da FGV, IBICT e Fundação Biblioteca Nacional - FBN, que mais tarde se tornaria uma rede de catalogação cooperativa. O projeto teve início na década de 1970;
- e) O COMUT, pela CAPES, em 1980;
- f) Criação do repositório de bibliotecas virtuais, no contexto da área da Ciência da Informação, o PROSSIGA;
- g) Consórcio da BDTD, coordenada pelo IBICT, que atualmente é realidade;
- h) A SciELO incorporou procedimentos para mensuração do uso e do impacto dos periódicos científicos e da pesquisa brasileira, em âmbito nacional e internacional e renovou o processo de comunicação científica, com controle bibliográfico e manutenção e preservação de periódicos. A partir de 2002, a SciELO, com o apoio do CNPq), integrou-se às bases de dados bibliográficas MEDLINE e LILACS, serviço de busca PubMed e base de currículos LATTES;
- i) As instituições detentoras dessas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações fazem parte, assim como PUC-Rio, do Consórcio Brasileiro de Teses e Dissertações, pelo IBICT, e formado por Instituições de Ensino Superior que cooperam com o referido Instituto;
- j) Em 2005, o IBICT lançou o Portal Iniciativa de Acesso Livre à Informação Científica, que tem por finalidade “discutir e a incentivar o acesso livre à informação científica”.

Apenas em 2006, a biblioteca recebeu um grande impulso ao ser incluída como quesito “infraestrutura” da avaliação dos cursos de graduação das universidades brasileiras,

segundo o INEP. O Decreto nº 5.773 de 2006, Seção II - Do Credenciamento e Recredenciamento de Instituição de Educação Superior, Subseção I - Das Disposições Gerais, inciso VII do artigo 16, prevê o seguinte:

VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROM e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos.

Em 2010, ocorreu uma série de resoluções, portarias, decretos e leis para atender o setor de informações. O SINAES, por meio da Lei nº 10.861, estabelece que as bibliotecas devem constar nas avaliações das universidades públicas e privadas, determinando os critérios que serão avaliados - o Instrumento de Avaliação Institucional, presencial e à distância, dividido em cinco eixos de avaliação: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; infraestrutura, sendo o último aquele em que a biblioteca será avaliada. O Decreto nº 5.773, de 2006, estabelece a atualização e expansão do acervo para atender a correlação pedagógica com cursos e programas previstos na universidade.

A Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, informa que a instituição deve manter página eletrônica da biblioteca, constar dados e dimensões do espaço. A Portaria nº 1.264, de 17 de outubro de 2008, aprova indicadores para vários itens da biblioteca e a Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010, indica a necessidade de haver integração efetiva da biblioteca na vida acadêmica da instituição. Atender às exigências dos cursos em funcionamento, com planos de atualização, é condição prévia indispensável para o requerimento de credenciamento das IES como universidade.

Cunha e Diógenes (2016) afirmam que as políticas públicas foram ações isoladas de órgãos do governo, tornando-se necessária uma ampliação de ações de forma sistêmica para que as bibliotecas universitárias possam atingir qualidade e importância no mundo acadêmico e não de um papel de suporte. Transformações significativas no tempo ocorreram pela descontinuidade dos projetos e iniciativas próprias e pelo uso da tecnologia. Portanto, não se têm ações públicas exclusivas para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias.

O papel da biblioteca universitária na atualidade da era da informação<sup>2</sup> adota a informatização e todos os serviços oferecidos em rede pela internet que transformam as

---

<sup>2</sup> O valor crescente das informações no cenário atual de negócios, como se posiciona neste universo e quais são os efeitos da aplicação das principais ferramentas tecnológicas que se encontram na base do que se chama de Era da Informação.



unidades de informação e alteram os serviços e demandas do bibliotecário. Os desafios das bibliotecas universitárias no país contribuíram para a incorporação de novos serviços, tornando a recuperação da informação demandada mais ágil e eficiente.

Ferreira (1980) declara que todo processo educacional acadêmico sofre influência da biblioteca universitária, que é o um instrumento primordial para que a universidade possa atingir suas metas e resultados.

Por esse motivo, entendemos a biblioteca universitária como um espaço de construção mútua do conhecimento. O usuário colaborando com a construção de uma autopercepção profissional do bibliotecário, e este, por sua vez, contribuindo com informações pertinentes à busca de seu usuário. É dessa inter-relação que surge o verdadeiro saber. É por meio desse exercício contínuo que se promove a consciência de cidadania e a emancipação da humanidade. (LEITÃO, 2005, p. 136).

O padrão pretendido pela biblioteca universitária é ser uma unidade de informação que auxilia o ensino, a pesquisa e a extensão, atendendo às necessidades dos discentes, professores e pesquisadores.

Lubisco (2011) constatou que até mesmo os serviços essenciais para o funcionamento de uma biblioteca necessitam de uma tecnologia envolvida para funcionar. Os processos de empréstimo são automatizados e se integram ao sistema acadêmico das universidades, ocorrem algumas incompatibilidades; os serviços de atendimento ao usuário contam com facilidades de comunicação interna e externa (telefone, e-mail e outros) para referência virtual; divulgam os serviços e as normas em diferentes canais (sites, guias, folders e outros) e possuem um canal de recebimento de sugestões, elogios, críticas e reclamações, elogios (ouvidoria, e-mail institucional). O acervo digital composto pelos periódicos eletrônicos, repositório digital de teses e dissertações e e-books.

Não é fácil atribuir um conceito ao serviço de referência virtual. Segundo Accart (2012) cada lugar teve uma maneira de denominar, oferecer e atrair usuários com a comodidade tecnológica.

A definição proposta para o serviço de referência virtual é a seguinte: oferece um ponto de acesso único em linha que o usuário pode identificar imediatamente, ao qual ele apresenta uma solicitação, entregue aos cuidados de profissionais qualificados, solicitação esta que enseja uma resposta rápida, pertinente e de qualidade. (ACCART, 2012, p.181).

Accart (2012) destaca os modelos diferentes de serviços de referência virtuais, assíncrono, não são simultâneos, por exemplo:

Correio eletrônico. É a forma de contato mais difundida, uma vez que alguns usuários acham os formulários muito complicados ou muito longos para preencher. O endereço de correio eletrônico contém geralmente um termo que designa um serviço de informação, como, por exemplo, info@brm.fr. A interatividade, mesmo limitada, existe, no entanto, graças à troca de mensagens de correio eletrônico, que permite ao profissional de referência melhor especificar uma consulta. Ele dispõe de mais tempo do que na referência presencial para construir sua resposta.

Lista de discussão (fórum de discussão, grupo de discussão): O usuário de uma lista de discussão preenche um formulário, a fim de formular sua questão. A resposta é publicada em linha, da mesma forma que a totalidade das mensagens sobre a lista. Os outros usuários geralmente têm acesso a essas mensagens, de modo que existe o problema da confidencialidade em que se baseia geralmente a relação de serviço entre o profissional de referência e o usuário.

Short Message Service (SMS ou torpedo): onde o usuário manda sua questão para o serviço de referência através do celular. Conseqüentemente, a resposta também é recebida por meio de mensagem no celular. Esse tipo de "serviço geralmente é utilizado em questões práticas como: horários de funcionamento, disponibilidade de obra, informar sobre a chegada de determinada obra e etc." (ACCART, 2012, p. 212).

Os síncronos são realizados em tempo real, ou seja, mesmo não presente fisicamente na biblioteca o usuário será atendido imediatamente pelo bibliotecário. São alguns exemplos:

Bate-papo, também definido como Chat ou diálogo em linha: "conversa entre várias pessoas conectadas ao mesmo tempo a uma rede, que trocam mensagens que são postadas em tempo real numa tela" (ACCART, 2012, p. 215).

Outros elementos podem, ainda, compor os serviços de referência virtual, como um diretório de favoritos, bibliografias em linha, FAQ (*Frequently Asked Questions*, ou listas de perguntas frequentes) e inteligência virtual.

Conhecida pela sigla RFID, *Radio Frequency Identification* (ou Identificador de Radiofrequência, em tradução livre) é uma tecnologia utilizada por empresas para a verificação de dados e informações por meio do uso de um pequeno sinal de radiofrequência, na qual se utiliza de uma comunicação dispersa no ar através de ondas de rádio, cuja leitura ocorre pelos *transponders* que são energizados, também por ondas de rádio, pelas antenas RFID e respondem com as informações nelas contidas. Ao interligar objetos, no caso os livros que compõem o acervo, via internet, há um aumento exponencial da quantidade de dados e informações capturados, processados e transmitidos, tudo em tempo real. Nas bibliotecas universitárias, o primeiro a conceituar esse termo foi Kevin Ashton, da MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) Auto-ID Center, em uma apresentação sobre RFID e a cadeia de suprimentos de uma grande companhia em 1999. (SILVEIRA, 2017).

Silveira (2017) ainda elenca as principais vantagens na utilização da RFID, destacando-se:

- Leitura em massa e à distância sem precisar de contato visual ou de proximidade para reconhecer os dados;
- Precisão nas informações de armazenamento, além da velocidade na expedição;
- Contagem automática do estoque e rastreamento dos itens, facilitando e melhorando os processos de inventário das empresas. (SILVEIRA, 2017)

Segundo Noh (2015), a evolução da web desenvolve o contexto da sociedade e por sua vez da biblioteca universitária. A era do 1.0, da informação passiva, deu lugar à



interatividade na web 2.0. Já a web 3.0 é a realidade para nativos digitais, que estão usando o mundo virtual cada vez mais em todos os seus contextos, para lazer como redes sociais (Facebook e Instagram) para educação (zoom, Teams), saúde (aplicativos de plano de saúde e do SUS para agendar consultas, exames), finanças (internet banking). A era 4.0 será a do online constante, ou seja, "sempre ligado". A tecnologia e o ser humano estarão permanentemente conectados. A tecnologia é uma extensão do ser humano, em destaque, o smartphone é uma extensão do indivíduo, sua memória, os contatos de sua agenda. O tempo em que tecnologia e humanidade se tornarão uma só entidade.

A Web 4.0: primeiro, "ubiquidade", que significa computação ubíqua conectar-se com a Web 4.0 a qualquer hora e lugar; segundo, "identidade. As primeiras menções ao conceito de Web 4.0 apareceu no simpósio internacional de "Tecnologia Semântica" realizado em San Jose, Califórnia em maio de 2007. Neste simpósio, a Web 4.0 foi definida como atualizado para um estado superior de inteligência e um sistema onipresente baseado em um sistema operacional da web em que tudo está conectado, apelidado de "Internet das Coisas" Web 4.0, com a capacidade de ler, escrever e escutar simultaneamente e proporcionará transparência global, governança e cooperação para os principais aspectos da sociedade, como indústria, política e comunidades locais na rede online trabalha para maximizar a participação. Em outras palavras, a Web 4.0 garantirá transparência global por meio da participação online de todos. (NOH, 2015, p. 788)

O conceito de biblioteca do futuro é, na verdade, descobrir que ele não muda, que deveríamos pensar nas inovações tecnológicas que surgem no contexto das bibliotecas estão diretamente ligadas à sua capacidade de evolução e adaptação.

Watson (2017) afirma que ao contrário do que alguns pensam, o avanço tecnológico não é uma ameaça para biblioteca, mas será uma grande oportunidade de crescimento e evolução da instituição.

## **2.2 O orçamento público do governo federal**

Para oferecer bens e serviços para a população, como saúde, segurança e educação, o governo precisa realizar um planejamento prévio. O orçamento público é o instrumento deste planejamento, em que se avalia a receita arrecadada pelo governo ao longo do próximo ano com os impostos diretos e indiretos e, com base nela, limitam-se os gastos para tais incumbências, por exemplo, nas universidades federais.

O orçamento público constitui uma ferramenta dos diversos níveis de governo, no qual são projetados os ingressos e gastos orçamentários a serem realizados em determinado período, com o objetivo de executar os programas das políticas de governo, transferências constitucionais, legais e voluntárias, além dos pagamentos de dívidas e encargos (BEZERRA FILHO, 2012).

O poder público precisa planejar o orçamento consistente, que estabeleça com clareza as prioridades da gestão e quanto vai gastar em cada área do governo (saúde,

educação, etc.). De acordo com a Constituição Federal de 1988, há uma definição do processo orçamentário, orientando sobre a gestão do dinheiro público no Brasil.

O orçamento público transforma-se em lei após passar por um processo de ampla negociação, na qual o governo federal, assim como os governos estaduais e municipais, estabelece os valores que pretende gastar a curto, médio e longo prazo de acordo com os recursos arrecadados. A execução orçamentária contempla os gastos realizados pelos órgãos públicos em bens e serviços, com a dotação autorizada pelo orçamento. As despesas, para serem incorridas no serviço público, precisam estar autorizadas na lei orçamentária. A elaboração do orçamento público é obrigatória a todos os níveis de governo. O processo orçamentário é dinâmico e contínuo, com etapas articuladas entre si, por meio das quais sucessivos orçamentos são discutidos, elaborados, aprovados, executados, avaliados e julgados. A programação orçamentária consta na Constituição Federal de 1988 conforme artigo 165: a Lei Orçamentária Anual - LOA, elaborada com base nas metas e prioridades do governo definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. É a LDO que estabelece a ligação entre o Plano Plurianual - PPA e a LOA.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1988)

O processo tem início com a elaboração do PPA e se encerra com o julgamento da última prestação de contas do Poder Executivo pelo Poder Legislativo. O PPA destaca as

diretrizes: objetivos e metas da administração pública. O plano tem vigência de quatro anos, portanto deve ser elaborado criteriosamente, imaginando-se aonde se quer chegar nos próximos quatro anos, ou seja, a visão estratégica da administração pública. O PPA, como podemos ver no parágrafo 1º do artigo 167 da Constituição Feral de 1988:

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;  
II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; (BRASIL, 1988)

O PPA começa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial, terminando no primeiro ano do mandato seguinte. O PPA é um documento de estratégia. A LDO delimita o que é e o que não é possível realizar no ano seguinte. A iniciativa do projeto da LDO é exclusiva do chefe do Poder Executivo (no âmbito federal, o Presidente da República, por meio da Secretaria de Orçamento Federal). Em se tratando do governo federal, a LDO deve ser enviada até o dia 15 de abril de cada ano. Ela precisa ser aprovada até o dia 17 de julho (o recesso dos parlamentares é adiado enquanto isso não acontecer). É papel da LDO ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 1988)

A LDO serve para ajustar as metas do PPA ano a ano, algumas disposições são o reajuste do superávit primário, o reajuste do salário mínimo e ajustes nas cobranças de tributos. É também a LDO que define a política de investimento das agências oficiais de fomento, por exemplo o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES.

A LOA é o orçamento anual propriamente dito. Prevê detalhadamente todos os gastos do governo para o próximo ano, estimando a receita (quanto o governo deve arrecadar por meio dos impostos, taxas, tributos e contribuições para que os gastos programados possam de fato ser executados) e a fixação das despesas do governo. É dividida por temas, como saúde, educação e outros. No caso da União, a LOA deve ser enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto de cada ano, sendo aprovada pelos parlamentares até 22 de dezembro, mas não chega a adiar o recesso parlamentar se não for aprovada até lá.

A CF vinculou parcelas de recursos e estabeleceu regras de gasto em áreas como educação e saúde. A alocação do fundo público foi se cristalizando em normas constitucionais e infraconstitucionais, reduzindo o espaço de conflito e negociação de recursos entre diferentes setores de políticas públicas. Se nos anos 1990 e início dos anos 2000 ampliaram-se o número de instâncias participativas, como conselhos de políticas setoriais (saúde, educação, crianças e adolescentes e assistência social, entre outros), e os orçamentos participativos, em que se discutiriam a despesa global e a receita, nos últimos anos essas arenas de discussão de orçamento e conflito distributivo foram se tornando muitas vezes rotineiras e burocráticas. (PERES & MATTOS, 2017).

A Emenda Constitucional nº 95/2016 fixou um teto para o crescimento dos gastos públicos. É função da IFI (Instituição Fiscal Independente) acompanhar a aderência dos indicadores de finanças públicas às metas estabelecidas nas leis e na Constituição Federal, traçando cenários a partir de diferentes hipóteses para os parâmetros macroeconômicos.

- § 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá:
- I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e
  - II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.
- § 2º Os limites estabelecidos na forma do inciso IV do caput do art. 51, do inciso XIII do caput do art. 52, do § 1º do art. 99, do § 3º do art. 127 e do § 3º do art. 134 da Constituição Federal não poderão ser superiores aos estabelecidos nos termos deste artigo.
- § 3º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária demonstrará os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados calculados na forma do § 1º deste artigo, observados os §§ 7º a 9º deste artigo.
- § 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.
- § 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo.
- § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo. (BRASIL, 1988)

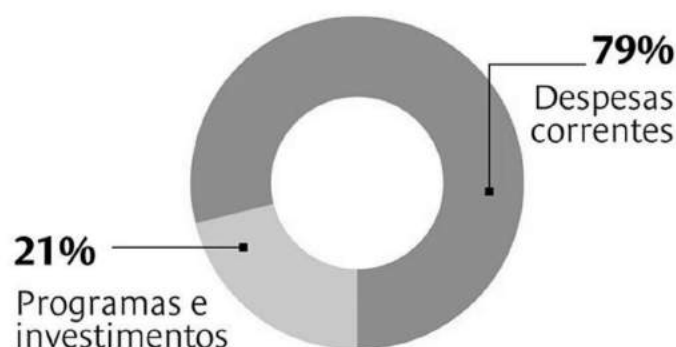
Pela primeira vez, a restrição orçamentária do setor público passou a ser explicitada para a sociedade. Os debates em torno do abandono do controle de gastos representam um retrocesso no gradual e longo caminho de reversão do déficit público. A limitação do crescimento do gasto passou a ser uma âncora para as expectativas dos agentes econômicos. (SALTO; BARROS, 2018)

Diante dessa nova realidade vamos ver como é o orçamento e a execução orçamentária no MEC e nas universidades e bibliotecas universitárias.

## 2.2.1 Orçamento público do MEC e das universidades federais

Os números do orçamento do MEC nos últimos anos trazem um certo otimismo. De 2001 a 2017, ocorreu um crescimento de 42%. De acordo com estudo de Nelson Amaral, especialista em contas públicas da Universidade Federal de Goiás - UFG, aponta algumas respostas. Os cortes aconteceram em programas e ações no Ensino Superior e na Educação Básica. Despesas correntes (gastos fixos como salários e encargos sociais de servidores administrativos, das universidades e institutos federais) se mantiveram – e aí pode estar a explicação. O dinheiro já está definido, e as despesas fixas do MEC que não podem ser eliminadas e crescem com o tempo. Anunciato (2018) aponta isso no Gráfico 1, que se segue:

Gráfico 1 – Porcentagens relativas a despesas fixas e programas e investimentos



Fonte: Anunciato, 2018.

Resultado primário, verifica-se que, em 2019, 73,3% das despesas são primárias obrigatórias e 18,9%, primárias discricionárias.

O Quadro 4, a seguir, demonstra as despesas autorizadas de 2017 a 2109.

Quadro 4 – Despesas Autorizadas/Liquidadas de 2017 e 2018 e Autorizadas de 2019

Em R\$ milhões

Grupo de Natureza de Despesa (GND)	2017			2018			2019
	Autorizado A	Liquidado B	B/A (%)	Autorizado C	Liquidado D	D/C (%)	Autorizado E
1 – Pessoal e Encargos Sociais	59.931,3	59.341,3	99,0%	64.072,2	63.072,2	97,6%	73.069,2
2 – Juros e Encargos da Dívida	1,6	0,0	0,0%	1,1	0,0	0,0%	
3 – Outras Despesas Correntes	43.287,4	41.924,7	96,9%	42.661,3	42.303,8	99,2%	45.629,6
4 – Investimentos	6.116,8	4.402,7	72,0%	4.322,2	4.215,3	97,5%	4.250,9



5 – Inversões Financeiras	26,1	0,6	2,1%	9,5	9,5	100,0%	1,5
6 – Amortização da Dívida	4,1	0,0	0,0%	0,8	0	0,0%	
9 – Reserva de Contingência	1.500,0	0,0	0,0%				0,0
<b>TOTAL</b>	<b>110.867,4</b>	<b>105.669,3</b>	<b>95,3%</b>	<b>111.590,5</b>	<b>109.600,9</b>	<b>98,2%</b>	<b>122.951,2</b>

Fonte: BRASIL, 2019.

O orçamento das universidades prevê a existência de despesas não-obrigatórias (água, luz, trabalhadores terceirizados, bolsas acadêmicas, insumos de pesquisa, compra de equipamentos básicos para laboratórios) e obrigatórias (salários dos servidores e as aposentadorias), sendo variável em cada universidade. Segundo o MEC e a SESu, em 2000, o gasto com as 48 universidades federais que existiam foi de R\$ 21,6 bilhões, em valores atualizados pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Várias instituições foram criadas depois desse período, e em 2018, o número de universidades atingiu 68 e o gasto com as respectivas foi de R\$ 48,1 bilhões. (BRASIL, 2019).

O MEC possuía dotação orçamentária autorizada de R\$ 123 bilhões para 2019, R\$ 11,4 bilhões maiores do que em 2018. A despesa executada em 2018 aumentou R\$ 3,9 bilhões em relação a 2017. A execução orçamentária do MEC foi de 98,2%, em 2018, e 95,3%, em 2017. No orçamento de 2019, aprovado no ano passado e que pode ser conferido na LOA de 2019, está prevista a verba de R\$ 35,5 bilhões para a área do ensino superior. (BRASIL, 2019).

Em 2019, cerca de metade dos recursos do órgão são destinados ao ensino superior (28,5%) e à educação básica (23,4%); para o ensino profissional é autorizado 10,3%.

O MEC possui 153 unidades orçamentárias. Em 2019, R\$ 40,3% dos recursos são destinados às 68 instituições federais de ensino superior; 22,5% ao FNDE: 13,0%, aos 40 Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's; 9,6% à Administração Direta do MEC; R\$ 11,0 bilhões (8,9%) aos 36 hospitais universitários e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSEH.

O Quadro 5, a seguir, demonstra como o orçamento é repartido entre as várias entidades que compõem o MEC.

Quadro 5 – Unidades e destinação orçamentária

Em R\$ milhões

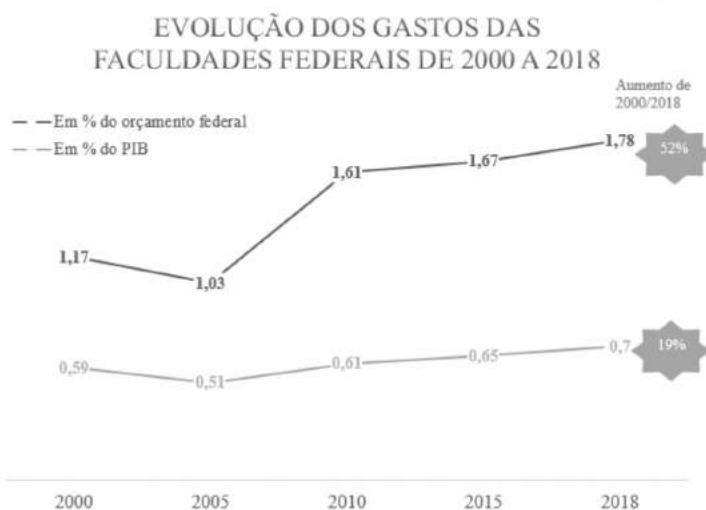
GRUPO DE UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS (UO)	Qtd. (UO)	A	B	B/A	C	D	D/C	E
		Autorizado 2017	Empenhado Liquidado 2017	%	Autorizado 2018	Empenhado Liquidado	%	Autorizado 2019

						2018		
Instituições Federais de Ensino Superior	68	47.295,4	46.419,3	98,1%	49.150,5	48.365,8	98,4	49.365,8
FNDE	1	28.013,9	25.387,2	90,6%	26.419,1	26.303,8	99,6	26.303,8
Institutos Fed. De Educ. Profis. E Tecnol. e Cefets	40	14.896,5	14.580,0	97,9%	15.774,3	15.563,1	98,7	15.563,1
MEC – Administração Direta	1	3.182,9	2.409,0	75,7%	3.295,7	2.684,7	81,5	2.684,7
Hospitais Universitários	36	6.155,8	5.969,6	97,0%	6.107,9	5.900,9	96,6	5.900,9
EBSERH	1	3.811,3	3.765,6	98,8%	4.716,3	4.700,4	99,7	4.700,4
CAPES	1	4.959,3	4.705,9	94,9%	3.844,6	863,7	100,5	3.863,7
INEP	1	1.494,9	1.403,5	93,9%	1.119,5	1.161,9	96,9	1.161,9
Outras UOs	1	1.057,5	1.029,2	97,3%	1.082,5	1.056,6	97,6	1.056,6
<b>TOTAIS</b>	<b>153</b>	<b>110.867,4</b>	<b>405.669,3</b>	<b>95,3%</b>	<b>111.590,5</b>	<b>109.600,8</b>	<b>98,2</b>	<b>109.600,8</b>

Fonte: BRASIL, 2019.

Na Figura 2, a seguir, mostra a evolução dos gastos das universidades federais no período de 2000 a 2018. Ocorre um aumento de mais de 50 por cento em relação ao orçamento federal, agora quando o comparativo é em relação ao Produto Interno Bruto - PIB do país o aumento é menos de 20 por cento.

Figura 2 – Evolução dos gastos nas universidades federais (2000-2018)



Fonte: Rodrigues, 2019.

A parte da verba anual da Educação destinada ao Ensino Superior hoje é bem menor do que há cinco anos. Da previsão de R\$ 35,5 bilhões para 2019, foram pagos R\$ 10,8 bilhões até abril, segundo o portal do MEC.

A liberação da verba é realizada pelo MEC, mas a destinação final, ou seja, como a verba será realmente utilizada, é determinado e realizado pela universidade. As instituições



de ensino superior têm autonomia didática e administrativa garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996) (BRASIL, 1988)

A Figura 3, a seguir, mostra o valor pago ao ensino superior no quadriênio 2014 a 2018, uma clara evidência de menos investimentos e uma queda brusca de 2016 a diante.

Figura 3 – Valor pago ao Ensino Superior – 2014 a 2018



Fonte: MENEZES, 2019.

No âmbito das universidades, vale ressaltar a inovação trazida pela Constituição Brasileira de 1988, com a inserção da autonomia universitária no plano constitucional. A autonomia universitária pela via legislativa não foi suficiente para que as universidades realmente pudessem cumprir, de modo autônomo e independente, a sua verdadeira, relevante e indispensável finalidade. Apesar de a Constituição Federal fixar a autonomia de gestão financeira para as instituições federais, a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, impôs um crescente contingenciamento orçamentário restringindo o repasse financeiro da União para as IFES, o que tem incentivado as universidades a uma busca gradativa por captação de

recursos próprios, as chamadas receitas próprias, que também são alvo das políticas de ajuste fiscal.

A publicação da emenda determinou limitação na descentralização de crédito e na liberação de limite orçamentário das arrecadações próprias das IFES. Com essa nova medida, mesmo que as IFES se esforcem e consigam aumentar sua estimativa de arrecadação no ano corrente, para que ocorra a suplementação do orçamento de fontes próprias na LOA, é necessário, segundo o § 1º do artigo 6º da Portaria nº 1.428/2018 da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que se processe o cancelamento de uma fonte para a suplementação de outra, a chamada fonte compensatória. A impossibilidade do aumento do orçamento da universidade, a Portaria nº 90/2018, publicada pela SOF, vinculou a arrecadação de excesso de fonte própria das universidades para pagamento de pessoal, que é uma obrigação da União.

A realidade é corte de gastos e recursos cada vez mais finitos. Conforme noticiado no site da UFMG, no dia 12 de agosto, o corte de 19% no orçamento de 2021 das universidades e institutos federais proposto pelo MEC pode comprometer as atividades de pesquisa, ensino, extensão e assistência estudantil e os investimentos prioritários em biossegurança, em infraestrutura para o ensino remoto emergencial e nas adequações de espaço físico que precisam ser feitas nos campi, em razão da pandemia. No caso da UFMG, as perdas chegariam a R\$ 39 milhões, estima a reitora Sandra Regina Goulart Almeida. “Não temos como absorver mais esse corte”, afirma (UFMG, 2021). A reitora estima que os reiterados cortes de recursos fizeram o orçamento da UFMG retroagir ao ano de 2009, quando a universidade ainda não tinha realizado seu projeto de expansão, reestruturação, acessibilidade e inclusão. “E hoje a universidade é muito mais complexa, e sua qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente, tem alcançado patamares cada vez mais elevados”. A situação dos orçamentos das bibliotecas universitárias deve ser comprometida devido a tantos cortes.

O planejamento das unidades de informação deve buscar atingir os objetivos acadêmicos das instituições, para isso precisam entender os perfis dos seus usuários, melhorar a gestão dos recursos humanos, galgar receitas para os custos com desenvolvimento de seu acervo, sua permanente avaliação de coleções e serviços adequados para comunidade acadêmica. Os gestores das bibliotecas universitárias devem vê-las como a espaços sujeitos às transformações sociais, políticas e econômicas, ou seja, entender suas forças políticas e socioeconômicas de dentro da universidade para conseguir atingir metas e qualidades de serviços, aonde há explosão da informação e multiplicidade de suportes informacionais, o que obriga a buscar soluções gerenciais compatíveis para comunidade acadêmica. Assim, como disse Gurgel; Rodrigues (2011) e Busquet (2012) ressaltam que as

bibliotecas universitárias públicas brasileiras têm sua gestão caracterizada pela falta de orçamento próprio, recursos humanos limitados e falta de autonomia.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se por ser descritiva e exploratória, utilizando os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para a abordagem do histórico da biblioteca universitária. Ocorreu aplicação de questionários de análises quantitativa e qualitativa que foram enviados a todas bibliotecas das universidades da região sudeste.

O sistema de avaliação que prevalece nas bibliotecas universitárias é essencialmente quantitativo traduzindo seu desempenho por meio de números de cifras. As estatísticas das bibliotecas da maioria dos países produzem um enorme volume de informações sobre quantidade, aquilo que pode ser facilmente medido. (LEITÃO, 2005, p. 41- 43).

A estratégia quantitativa é a pesquisa de levantamento, que segundo Creswell (2010) proporciona uma descrição quantitativa de tendências, atitudes e características na análise de uma população. Sua execução é mediante questionários, entrevistas estruturadas e estudos longitudinais com intenção de retratar a população.

As atividades das bibliotecas universitárias da rede federal na região sudeste são inúmeras e complexas. Para esta pesquisa, foi necessário instituir um recorte que congregasse foco em atividades importantes a saber:

- a) Orçamento no desenvolvimento - A questão orçamentária é primordial no desenvolvimento da biblioteca universitária. Tem-se as verbas distribuídas pelo MEC, pedidos de financiamento à Finep, CNPq e outras agências. Totalizando a verba do MEC e o número de profissionais (bibliotecários e auxiliares) que compõem os sistemas de bibliotecas das universidades federais da região sudeste brasileira;
- b) Tecnologias - Compõem-se do tipo de software de automação da biblioteca universitária, número de computadores para os serviços internos e para usuários, tipos de serviços automatizados na biblioteca (por exemplo, Referência virtual); quais são os serviços automatizados; uso de redes sociais e do Portal CAPES;
- c) Serviços/ produtos – Indicação do sistema de classificação utilizado e a existência de uma política de indexação em todo o sistema; quais são os serviços e produtos ofertados aos seus usuários;
- d) Colaboração - Ausência do sistema de catalogação cooperativa? Há consórcios entre bibliotecas para a compra de livros?

### 3.1 Universo da pesquisa

Foram incluídas neste estudo todas as bibliotecas universitárias das universidades federais da região sudeste, quais sejam:

#### **Espírito Santo**

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

#### **Minas Gerais**

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

#### **Rio de Janeiro**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

#### **São Paulo**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Universidade Federal do ABC (UFABC)

### 3.2 Procedimentos de coleta dos dados

Os dados foram coletados através de um questionário, em apêndice, escolhido como instrumento devido, principalmente, à dispersão geográfica da população estudada.

A pesquisa empírica sobre as Bibliotecas Universitárias baseou-se nos estudos desenvolvidos por Nídia Maria Lienert Lubisco, em seu livro intitulado “Biblioteca Universitária: elementos para planejamento, avaliação e gestão” (2011); Lusimar Silva Ferreira, em seu livro “Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas” (1980), e por fim de Maria do Carmem Romcy de Carvalho, em seu livro “Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias” (1981).

As atividades das bibliotecas universitárias da rede federal tanto de *input* (atividades de entrada, nas quais a biblioteca coloca recursos financeiro, humano e tecnológico) quanto de *output* (atividades representadas pela saída de produtos e serviços como empréstimos, bases de dados elaboradas na biblioteca e participação em repositórios institucionais) são inúmeras e complexas. A partir dos estudos realizados, elaborou-se um

questionário para ser respondido pelos gestores das bibliotecas universitárias da região sudeste.

A metodologia do Google para criação de formulários, o “Google Forms”, foi dispensada por não comportar todas as variáveis incluídas nas questões, o que gerou um questionário de, aproximadamente, 30 (trinta) telas, algo considerado longo e exaustivo.

Adotou-se a opção de 28 (vinte e oito) questões diretas, abertas e de múltipla escolha, descritas em quatro laudas assim divididas:

- Administração Institucional: dados referentes à identificação da biblioteca universitária, planejamento e estrutura organizacional;
- Administração Financeira: dados orçamentários, de captação de recursos e de participação da biblioteca universitária no orçamento global da universidade;
- Políticas de Informação: questões como catalogação cooperativa, instrumentos de indexação, estudo de usuários, etc.;
- Serviços tecnológicos: aborda os serviços e produtos oferecidos aos usuários, o software de gerenciamento da biblioteca, canais de atendimento, etc.;
- Pessoal: quantitativo de bibliotecários frente ao número total da comunidade acadêmica;
- Perfil Profissional: formação acadêmica, tempo de serviço e tempo de gerenciamento da biblioteca universitária.

O pré-teste contou com a colaboração de quatro bibliotecários e um professor. A elaboração do questionário foi revisada após a qualificação, e optou-se pela condensação das perguntas que refletiu na redução no número de páginas que passou de 14 a 4, como já informado. Além da contribuição da banca, o questionário teve uma validação com colegas do programa de mestrado, bibliotecários do Sistema de Biblioteca da UFMG e de outras instituições e professores do programa. Após a validação, em conjunto com a orientadora, definiu-se as 28 perguntas que iriam compor o questionário. O conteúdo da pesquisa foi validado pelo parecer de três professores da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), especialistas da área.

Os questionários foram enviados por e-mail, conforme texto em apêndice. Os e-mails foram coletados dos sites das próprias universidades. A primeira remessa ocorreu em 26 de outubro de 2020, com índice de devolução muito baixo. Nova remessa ocorreu em 06 de novembro de 2020, o que acrescentou mais algumas respostas. Por fim, foi feito contato telefônico, por diversas vezes, para incentivar a participação dos dirigentes das bibliotecas universitárias. Contudo, diante da pandemia do COVID-19, muitos profissionais estavam em *home office*, o que dificultava o retorno, pois as informações estavam nos computadores das instituições e os bibliotecários trabalhando em casa de forma improvisada. Assim, foram

utilizadas outras fontes de contato, tais como: lista de bibliotecários da FEBAB, do Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região, grupos de bibliotecários no *WhatsApp* e redes sociais. Depois dessas tentativas, decorridos dois meses do envio por e-mail, obteve-se o total de treze respostas, o equivalente a 68,42% da população.

A participação pelos responsáveis pelas bibliotecas pesquisadas foi aquém das expectativas, e a pandemia do COVID-19 foi uma razão legítima. Contudo, observa-se que, dentre os questionários respondidos, algumas respostas eram vagas e incompletas, não cabendo aqui o juízo de valor acerca do motivo, se por falta de interesse ou desconhecimento do assunto pelos gestores dos sistemas de bibliotecas das universidades federais. Vale a ressalva de um caso pontual em que o responsável argumentou a impossibilidade de fornecer dados de orçamento, pois eram considerados dados estratégicos, e mesmo diante da vigência no país da Lei de acesso à informação (LAI), que aduz sobre o fornecimento de tais dados, o responsável se limitou a indicar o portal da transparência. Outro fator limitante na obtenção das informações que estão disponíveis via portal da transparência, é a utilização de códigos para as universidades e as bibliotecas, sem os quais fica inviável obter informações.

### **3.3 Procedimentos de análise dos dados**

Os dados e informações serão analisados conforme as seguintes categorias:

- a) Orçamento da biblioteca universitária;
- b) Recursos humanos;
- c) Tecnologias de informação e comunicação;
- d) Serviços e produtos;
- e) Ações de colaboração.



## 4 ANÁLISES E RESULTADOS

Foram enviados 19 questionários às bibliotecas centrais das universidades federais da região sudeste, dos quais 13 foram respondidos. Este quantitativo totaliza 68,4% de retorno, o que representa uma resposta significativa diante do total.

A análise das respostas obtidas por meio dos questionários possibilitou bons resultados. Foi possível realizar algumas inferências sobre as bibliotecas universitárias federais públicas presentes na região sudeste. O conteúdo das respostas das bibliotecas centrais informou acerca de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos, assim como da oferta de produtos e serviços de informação para a sua comunidade acadêmica.

### 4.1 Administração Institucional

Analisar a administração institucional que abriga a biblioteca universitária é importante uma vez que a mesma como um organismo vivo precisa conversar com muitos setores da universidade.

O Quadro 6 apresenta as universidades que por meio das bibliotecas centrais participaram deste estudo.

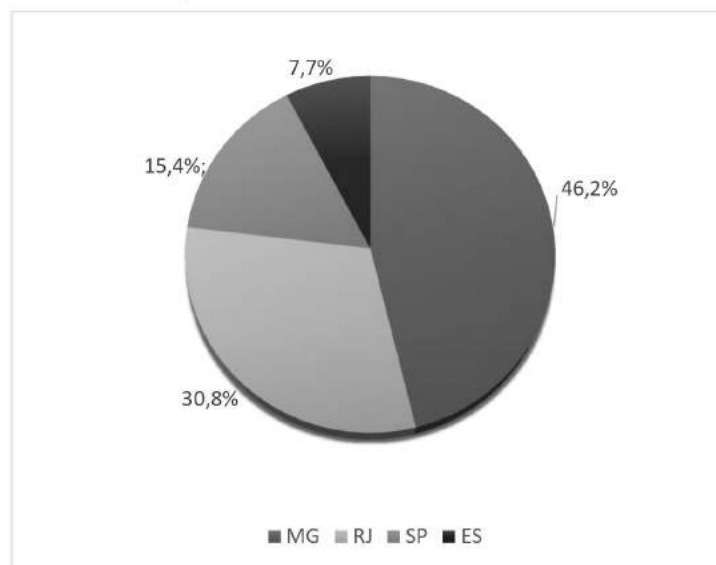
Quadro 6 – Nome da Universidade

Nº	UNIVERSIDADE PARTICIPANTE DA PESQUISA
UF1	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UF2	UFJVM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UF3	UFLA – Universidade Federal de Lavras
UF4	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UF5	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UF6	UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UF7	UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UF8	UFF – Universidade Federal Fluminense
UF9	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UF10	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UF11	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UF12	UFABC – Universidade Federal do ABC
UF13	UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Quase metade das universidades participantes desta pesquisa encontram-se no estado de Minas Gerais. Seguem o estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, respectivamente, como indicado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Unidade da Federação das bibliotecas universitárias estudadas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As bibliotecas centrais foram analisadas quanto à sua subordinação dentro da universidade. Os resultados são apresentados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Órgão a que a biblioteca universitária está subordinada na estrutura da universidade

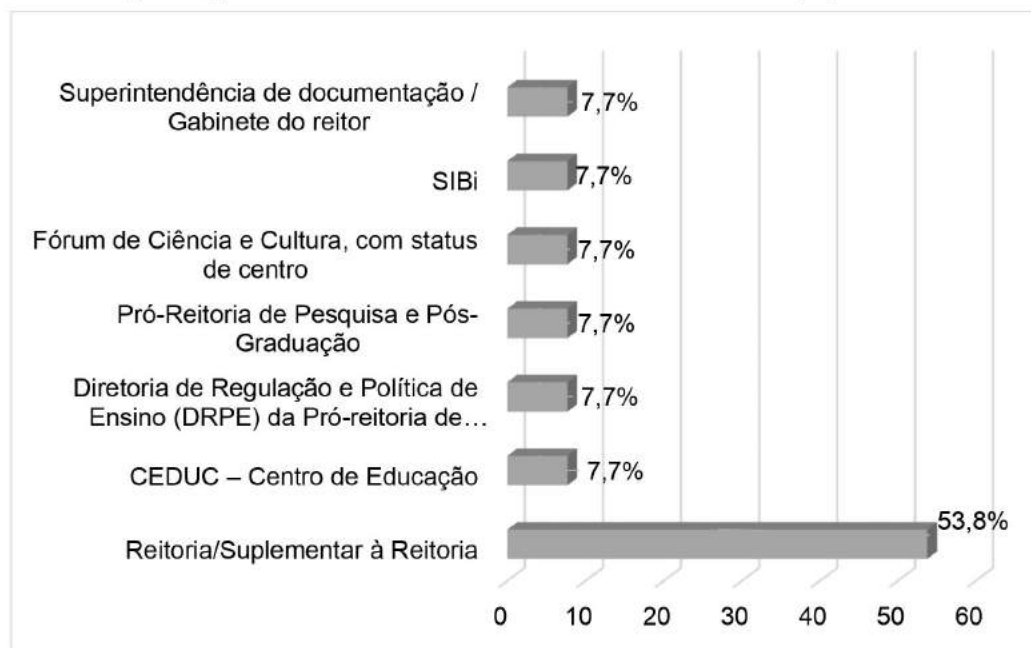
Órgão de subordinação	Frequência	%
Reitoria/Suplementar à Reitoria	7	53,8
CEDUC – Centro de Educação	1	7,7
Diretoria de Regulação e Política de Ensino (DRPE) da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD)	1	7,7
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	1	7,7
Fórum de Ciência e Cultura, com status de centro	1	7,7
SIBi	1	7,7
Superintendência de documentação / Gabinete do reitor	1	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Um total de sete bibliotecas centrais estão subordinadas à reitoria. Isso representa 53,8% do total pesquisado. É importante que essas bibliotecas estejam vinculadas à essa instância, pois esse diálogo com a reitoria pode encurtar os caminhos de decisão.

Essa realidade pode estar mais clara no Gráfico 3, a seguir:

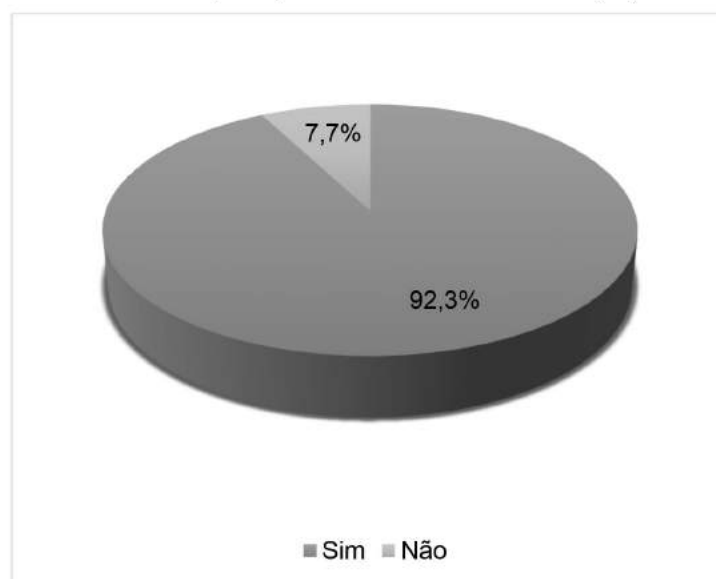
Gráfico 3 – Órgão a que a Biblioteca Universitária está subordinada (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Um ponto importante foi a posição da biblioteca central no planejamento da universidade. Os resultados são apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Biblioteca incluída no planejamento da universidade (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A biblioteca de uma universidade, ou bibliotecas por meio da biblioteca central, está incluída no planejamento universitário. É o que mostra a maioria dos respondentes, equivalente a 92,3% do total. O restante, que equivale a 7,7% não sabe ou não participa do referido planejamento.

Os tipos de participação no planejamento universitário são muito importantes. Nos resultados estão explicitadas as diversas formas de participação.

Tabela 2 – Tipos de participação da biblioteca universitária no planejamento institucional

<b>Participação no processo de planejamento institucional</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
PDI (elaboração, compõe equipe, alinhamento)	7	43,7
Reuniões de gestão/ de dirigentes	2	12,5
Nas estratégias para atingir as metas e objetivos da Universidade	1	6,3
Na estruturação e aquisição de equipamentos e mobiliários	1	6,3
Com orçamento mensal e investimentos extraordinários/ em discussões de orçamento	2	12,5
Compõe equipe da reitoria	1	6,3
Por meio de consultas, solicitações de elaboração das informações	1	6,3
A biblioteca não participa do Planejamento. É realizado pela Diretoria de Planejamento e Orçamento (DPO) e aprovado pelos Conselhos Superiores.	1	6,3
<b>Total de respostas</b>	<b>16*</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

\*Múltiplas respostas

Pode-se verificar que é bastante significativa a referência ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Este é um documento que reúne os fundamentos que orientam o planejamento e a gestão interna da universidade, aumentando a transparência em seu relacionamento com a comunidade interna, com outras instituições e com a sociedade em geral. Contudo, outras respostas parecem vagas como: “por meio de consultas, solicitações de elaboração das informações”.

A estrutura organizacional da biblioteca universitária foi preocupação deste estudo. Assim, está representada na Tabela 3.

Tabela 3 – Estrutura organizacional das bibliotecas universitárias estudadas

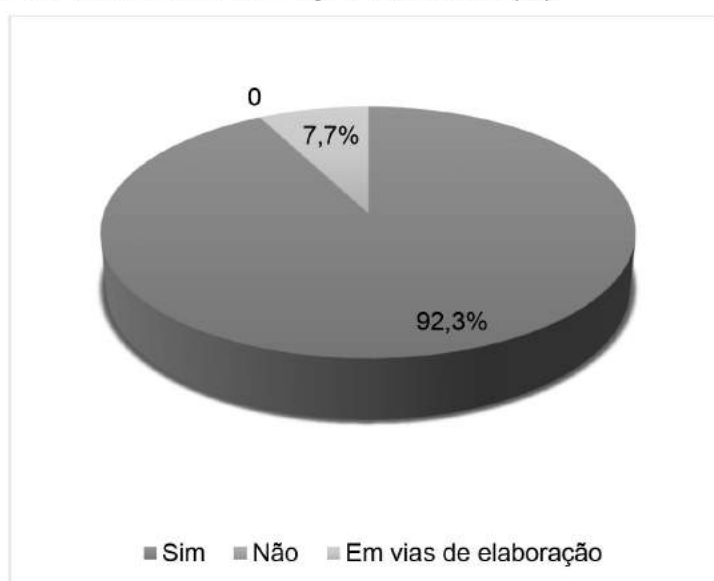
Estrutura Organizacional	Frequência	%
Biblioteca Central única	1	7,7
Sistema de Bibliotecas composto por uma Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais	8	61,5
Bibliotecas autônomas para cada campus	1	7,7
Sistema Integrado de bibliotecas, compreendendo 04 bibliotecas, 01 gráfica, 01 editora universitária, 01 comissão de publicações institucionais, 01 repositório institucional 01 portal de periódicos	1	7,7
Uma coordenadoria e duas unidades	1	7,7
Constituído pelas bibliotecas dos campi que são subordinadas administrativamente à Diretoria e/ou Reitoria do respectivo campus e tecnicamente ao SIBI	1	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

No universo de 13 bibliotecas universitárias, 8 delas declararam a existência de um sistema de bibliotecas composto por uma biblioteca central e bibliotecas setoriais, o que chega a 61,5% do total. O restante se divide em cinco tipos de estruturas diferentes. É importante destacar que apenas uma unidade declara ser uma biblioteca central única.

Uma biblioteca que pretende ser organizada, necessita de um regimento interno. Este documento explica o funcionamento da biblioteca e suas políticas de acervo, classificação, indexação e outros. Verificou-se a existência deste documento nas bibliotecas universitárias consultadas. O resultado está representado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Biblioteca universitária com regimento interno (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Pelo resultado, pode-se perceber a importância desse documento nas bibliotecas. A maioria de 92,3% do total possui um regimento interno. Apenas uma unidade ainda não possui, mas está em vias de elaboração.

## 4.2 Administração Financeira

A questão orçamentária é primordial no desenvolvimento da biblioteca universitária. Uma preocupação do estudo foi verificar o entendimento de cada unidade sobre os recursos orçamentários a ela destinados. Os resultados são apresentados na Tabela 4:

Tabela 4 – Recursos destinados à biblioteca universitária pela universidade

Destinação de recursos específicos	Frequência	%
Sim	10	76,9
Não	3	23,1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

É bastante expressivo o índice daquelas universidades que destinam recursos específicos para a biblioteca (76,9%). Este quantitativo é pertinente, mas não o ideal, já que outras 23,1% não possuem recursos específicos.

Apesar disso, pode-se inferir que os gestores entrevistados possuem pouco conhecimento acerca do orçamento da própria biblioteca em que trabalham. Os respondentes não possuíam acesso a esses dados ou não tinham interesse em obtê-los. Este fato pode demonstrar também uma posição passiva quanto a este desconhecimento e falta de acesso aos dados orçamentários. A questão orçamentária é fundamental para o desenvolvimento da biblioteca universitária.

A quantidade de bibliotecas universitárias que não sabem ou não obtiveram informações sobre sua dotação orçamentária é pequena, somente 23,1%. Contudo, essa falta de conhecimento do assunto confere a esses respondentes um desinteresse sobre os rumos da biblioteca.

Para aqueles que responderam afirmativamente à existência de recursos específicos para a biblioteca, foi solicitado informar o valor orçamentário nos anos de 2017, 2018 e 2019. Os resultados estão dispostos no Quadro 7:

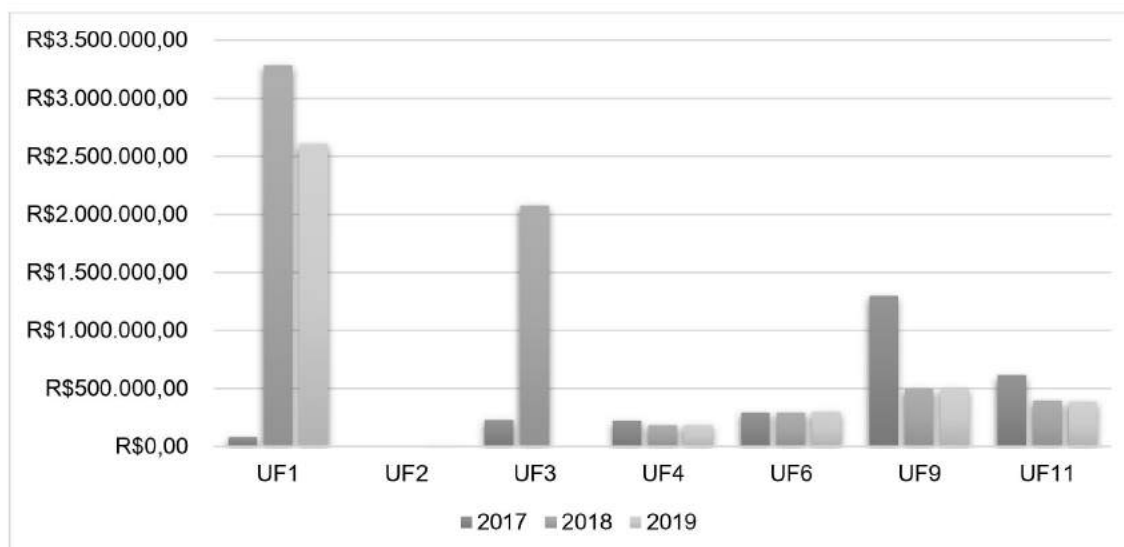


Quadro 7 – Valor orçamentário

UF	2017	2018	2019
UF1	R\$ 82.416,31	R\$ 3.284.942,98	R\$ 2.607.597,87
UF2	-	-	R\$ 8.000,00
UF3	R\$ 230.883,42	R\$ 2.075.517,38	-
UF4	R\$ 221.000,00	R\$ 185.888,19	R\$ 185.888,19
UF6	R\$ 295.145,00	R\$ 295.145,00	R\$ 300.000,00
UF9	R\$ 1.300.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
UF11	R\$ 616.000,00	R\$ 393.800,00	R\$ 384.170,00
<b>MÉDIA</b>	<b>R\$ 457.574,12</b>	<b>R\$ 1.122.548,93</b>	<b>R\$ 664.276,01</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Gráfico 6 – Valor orçamentário por ano e por UF



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Apenas seis participantes da pesquisa (46,2%) apresentaram essa informação. Os valores orçamentários estão discriminados em ordem crescente por ano, assim como uma média dos mesmos. Comparando-se as médias, percebe-se um valor significativamente maior para o ano de 2018. Em 2019 temos valores depreciados em relação a 2018.

Quanto à execução orçamentária anual, obteve-se poucas informações conforme indicado no Quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Valor da execução orçamentária

UF	2017	2018	2019
UF1	R\$ 82.416,31	R\$ 3.284.942,98	R\$ 2.607.597,87
UF2	Em branco	Em branco	R\$ 7.435,14
UF4	R\$ 162.873,26	R\$ 186.291,22	R\$ 151.294,94
UF5	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00
UF6	R\$ 304.327,22	R\$ 136.032,04	R\$ 178.121,88
UF9	R\$ 360.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 40.000,00
<b>MÉDIA</b>	<b>R\$ 361.923,36</b>	<b>R\$ 925.453,25</b>	<b>R\$ 647.408,31</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Apenas 38,5% do total responderam à essa questão. Verifica-se que tais unidades não gastaram o total que lhe foi destinado. A tendência de participação foi ainda menor nos anos de 2017 e 2018 quando a dotação orçamentária foi maior. Neste quesito, a média também se sobressai no ano de 2018, atingindo R\$ 925.453,25, corroborando a informação relatada no marco teórico: o orçamento está cada vez menor.

As bibliotecas universitárias podem usar de alguns mecanismos para captar recursos. Um deles é participar de editais da FINEP e CNPq. As respostas a este questionamento estão apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Infraestrutura e mecanismos para captação de recursos

Infraestrutura e mecanismos	Frequência	%
Sim	4	30,8
Não	0	0
Não se aplica	9	69,2
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A maioria das bibliotecas universitárias declararam não possuir mecanismos para captação de recursos orçamentários, ou seja 69,2%. Apenas quatro delas, o equivalente a 30,8% das universidades pesquisadas respondeu possuir infraestrutura e mecanismos para captar e administrar recursos de projetos, departamentos, programas e editais. Para aquelas que responderam possuir infraestrutura e mecanismos de captação de recursos, os mais significativos são os projetos financiados pela FINEP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Descreve-se a seguir os tipos de mecanismos para captação de recursos. Estão organizados na Tabela 6.

Tabela 6 – Tipos de infraestrutura e mecanismos de captação

Tipos de infraestrutura e mecanismos	Frequência*	%
Projetos (FINEP, FAPEMIG, FAPESP, etc.)	4	36,4
Departamentos (ICB, ICEx, DIARQ no caso da BU)	1	9,1
Programas de pós-graduação (Acervo bibliográfico)	2	18,2
Prestação de serviços à comunidade externa (Programa de Extensão)	2	18,2
Prestação de serviços à comunidade interna	1	9,1
Editais	1	9,1
<b>Total de respostas</b>	<b>11*</b>	<b>100,0</b>

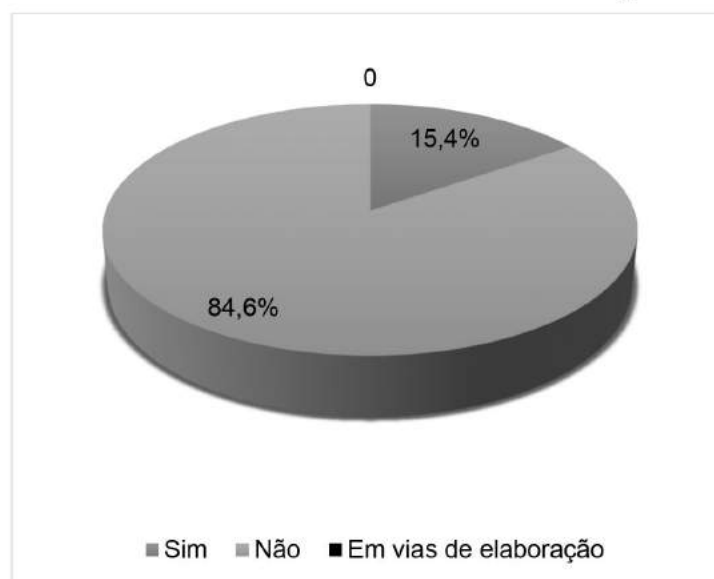
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

\*Múltiplas respostas

Do total de 13 bibliotecas universitárias, 11 responderam informando seus mecanismos de captação de recursos. Desse universo, apenas quatro, ou seja, 36,4%, se beneficiaram de recursos de agências de financiamento à pesquisa e à infraestrutura. As outras informaram se beneficiar de recursos internos como a compra de acervo bibliográfico pelos programas de pós-graduação, programas de extensão e outros.

O orçamento da biblioteca universitária é importante para seu desenvolvimento e inovação. A questão respondida pelos participantes está apresentada no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Orçamento da biblioteca universitária é determinado regimentalmente (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para a grande maioria dos respondentes (84,6%), o orçamento da biblioteca universitária não é determinado regimentalmente, o que pode comprometer o planejamento e a qualidade dos serviços prestados. Apenas 15,4% declararam ter o orçamento determinado regimentalmente.

### 4.3 Políticas de Informação

Nesta bateria, buscou-se compreender questões como catalogação cooperativa, instrumentos e política de indexação e estudo de usuários, destacando os serviços e produtos ofertados aos usuários.

A cooperação na catalogação foi experiência importante para as bibliotecas universitárias brasileiras. As informações sobre este tema estão organizadas na Tabela 7.

Tabela 7 – Cooperação na catalogação em bibliotecas universitárias

Sistema de cooperação de catalogação	Frequência	%
Sim	6	46,2
Não	7	53,8
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A consulta sobre catalogação cooperativa dividiu as declarações dos respondentes. Do total consultado, sete participantes disseram não ter catalogação cooperativa. Esse percentual é de 53,8%. O restante, de 46,2%, informa que usa catalogação cooperativa. É importante verificar que o Bibliodata está em desuso há mais de um ano. Infelizmente, não houve especificação no presente estudo do programa utilizado para a catalogação cooperativa, não havendo como especificar o programa utilizado.

Outro ponto importante é a política de indexação adotada nas bibliotecas universitárias por ser instrumento importante na cooperação e na construção de repositórios. O resultado dessa consulta está organizado na Tabela 8.

Tabela 8 – Política de indexação nas bibliotecas universitárias

Instrumento de indexação	Frequência	%
Sim	8	61,5
Não	3	23,1
Em branco	2	15,4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Mais da metade dos respondentes (8) disse existir uma política de indexação na biblioteca universitária, ou seja 61,5% do total. Outras 3 unidades responderam que não e duas outras não responderam, o que representa 38,5% do total.

A resposta sobre os instrumentos de indexação utilizados para os que declararam ter um instrumento de indexação está representada na Tabela 9.

Tabela 9 – Instrumentos de indexação utilizados pelas bibliotecas universitárias

<b>Instrumentos de indexação utilizados</b>	<b>Frequência*</b>	<b>%</b>
Lista de cabeçalhos de assuntos da LC, BN, DECS, MESH	6	30,0
Sistema de classificação CDD/ CDD	4	20,0
Thesaurus	3	15,0
Controle de vocabulários/ vocabulários controlados	2	10,0
LC/BN	2	10,0
Autoridades da BN	1	5,0
Taxonomias	1	5,0
Ontologias	1	5,0
<b>Total de respostas</b>	<b>20*</b>	<b>100,0</b>

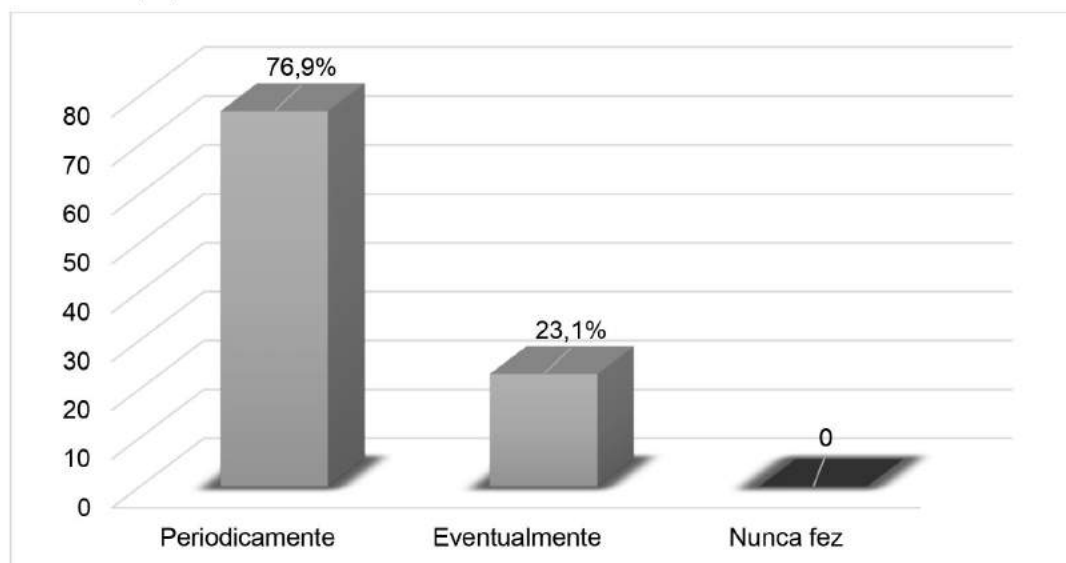
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

#### \*Múltiplas respostas

Destaca-se a lista de cabeçalhos de assuntos, que obteve 30% das respostas. Segue o sistema de Classificação Decimal de Dewey - CDD com 20,0% dos respondentes. Tesouro e ontologias ficaram com 20,0% das respostas. Ressalta-se aqui o desconhecimento por parte dos agentes respondentes do que sejam instrumentos de indexação e do que sejam instrumentos de sistema de classificação.

As consultas aos usuários sobre o desenvolvimento da biblioteca universitária podem ser comuns em algumas unidades. A consulta realizada está apresentada no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Consulta aos usuários sobre as necessidades de informação ou sobre o uso da biblioteca (%)



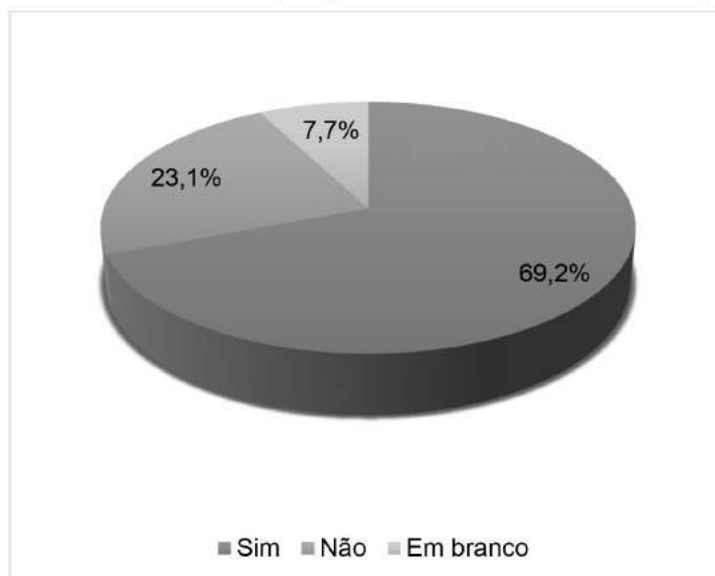
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Conforme informado, é comum as consultas periódicas aos usuários sobre as necessidades de informação/uso da biblioteca em 76,9% das bibliotecas participantes deste estudo. Outras 23% a fazem eventualmente.

O atendimento aos docentes/pesquisadores é fundamental para o desenvolvimento das pesquisas. O pesquisador necessita de atendimento rápido na biblioteca universitária. As informações sobre o atendimento do docente/pesquisador são apresentadas no Gráfico 9.



Gráfico 9 – Atendimento aos docentes/pesquisadores das universidades (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os docentes/pesquisadores recebem atendimento especial em 69,2% dos casos. Por outro lado, 23,1% não fazem diferenciação quanto aos seus usuários. E um percentual de 7,7% deixou a questão sem resposta.

Para aqueles que responderam sim para o atendimento especial aos docentes/pesquisadores, foi perguntado o tipo de atendimento especial ofertado. As informações estão distribuídas na Tabela 10.

Tabela 10 - Tipo de atendimento especial ofertado aos docentes/pesquisadores

<b>Tipo de atendimento especial</b>	<b>Frequência*</b>	<b>%</b>
Treinamentos específicos / treinamentos	3	20,0
Atendimento personalizado	1	6,7
Com o necessário para qualificar o ensino e a pesquisa	1	6,7
Empréstimo especial com quantidade maior de material bibliográfico e maior prazo	2	13,3
Atendimento relacionado às ementas dos cursos	1	6,7
Indicação de títulos para aquisição	1	6,7
Serviços bibliométricos	1	6,7
Iniciativa da STARTECA	1	6,7
Espaço Empreender	1	6,7
Pesquisas bibliográficas	1	6,7
Reuniões	1	6,7
Grupos de discussão	1	6,7
<b>Total de respostas</b>	<b>15*</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

\*Múltiplas respostas

As respostas são diversas e pulverizadas. Treinamentos específicos para os docentes/pesquisadores e empréstimo especial com quantidade maior de itens bibliográficos contaram com mais de um respondente. A pesquisa bibliográfica, que é um atendimento especial, só obteve uma resposta. Outras respostas se diluem em termos bibliotecários, mas sem muita clareza da função dos mesmos. As informações sobre atendimento ao empreendedorismo não esclarecem muito sobre o atendimento ao pesquisador. Por exemplo, a iniciativa do STARTECA, da biblioteca universitária de São Carlos, significa espaço de empreender, localizado no piso 2 da biblioteca comunitária – Bco - na área norte do campus São Carlos. Então não é um atendimento ao pesquisador e sim uma biblioteca comunitária.

Quadro 9 - Valor orçamentário X A biblioteca universitária oferece atendimento especial aos docentes/pesquisadores

UF	2017	2018	2019	Atendimento especial	Se sim, como?
UF1	R\$ 82.416,31	R\$ 3.284.942,98	R\$ 2.607.597,87	Sim	Reuniões, grupos de discussão, treinamento
UF2	-	-	R\$ 8.000,00	Não	NSA
UF3	R\$ 230.883,42	R\$ 2.075.517,38	-	Sim	Empréstimo especial e atendimento relacionado às ementas dos cursos, indicação de títulos para aquisição
UF4	R\$ 221.000,00	R\$ 185.888,19	R\$ 185.888,19	Sim	Treinamentos, pesquisas bibliográficas
UF5	-	-	-	Em branco	Em branco
UF6	R\$ 295.145,00	R\$ 295.145,00	R\$ 300.000,00	Não	NSA
UF7	-	-	-	Sim	Empréstimo de quantidade maior de material
UF8	-	-	-	Sim	Em branco
UF9	R\$ 1.300.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	Sim	Com o que for necessário para qualificar o ensino e a pesquisa
UF10	-	-	-	Não	NSA
UF11	R\$ 616.000,00	R\$ 393.800,00	R\$ 384.170,00	Sim	Em branco
UF12	-	-	-	Sim	Treinamentos específicos, atendimentos personalizados
UF13	-	-	-	Sim	Serviços bibliométricos; Iniciativa da STARTECA; Espaço empreender

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

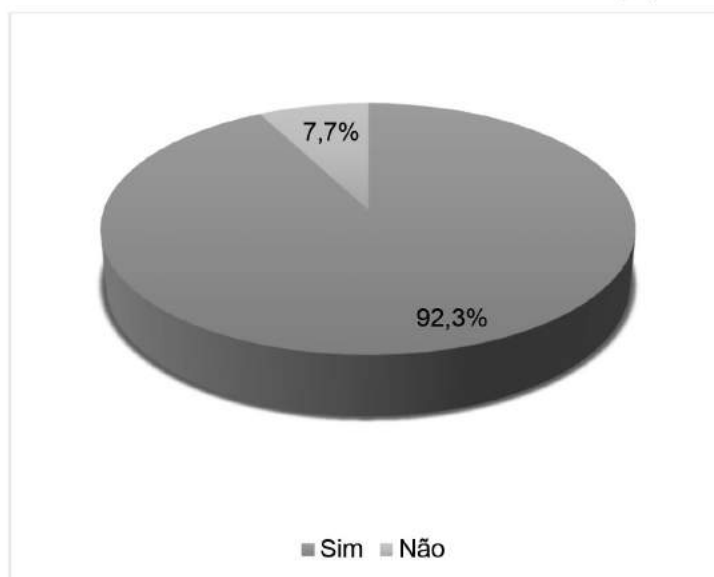
NSA = não se aplica

Aqui um comparativo de orçamento, atendimento especial aos pesquisadores e docentes, tirando as unidades UF2, UF5, UF6 e UF10 que não pontuaram sobre o orçamento e não possuem um serviço para esse público. Embora, que temos outras bibliotecas

universitárias que não têm orçamento definido, mas têm serviços para o público em destaque. Denota-se que é mais uma vontade de atender tal público do que a necessidade orçamentária para realizar tal serviço.

Sobre o treinamento para acesso às bases de dados do Portal CAPES, obteve-se informações que estão organizadas no Gráfico 8.

Gráfico 10 – Treinamento sobre o Portal de Periódicos da CAPES (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A maioria das bibliotecas universitárias oferece treinamento para acessar as bases de dados do Portal de Periódicos da Capes. Apenas uma das bibliotecas entrevistadas informou não oferecer esse curso. É importante destacar que a maioria daquelas bibliotecas se comprometeram em intermediar treinamentos para os docentes/pesquisadores.

#### 4.4 Serviços e Tecnologias

Os serviços e recursos tecnológicos oferecidos aos usuários, o software de gerenciamento da biblioteca, canais de atendimento, participação em consórcios e existência de comissão permanente para seleção de materiais bibliográficos foram estudados. Os resultados estão distribuídos na Tabela 11.

Tabela 11 – Recursos tecnológicos e serviços oferecidos ao usuário

<b>Recursos tecnológicos e serviços</b>	<b>Frequência*</b>	<b>%</b>
E-books	13	10,5
COMUT (programa brasileiro de comutação bibliográfica)	13	10,5
Empréstimo entre bibliotecas	13	10,5
Repositório institucional da produção científica da instituição	12	9,7
Treinamento em pesquisa a bases de dados	12	9,7
Computadores com acesso à internet	10	8,1
Digitalização de documentos	7	5,6
Referência virtual	6	4,8
Tecnologia RfID	6	4,8
Autoatendimento para empréstimo e devolução de materiais bibliográficos	6	4,8
Atendimento via chat	5	4,0
Ambiente equipado para videoconferência	4	3,2
Tablets para empréstimo	3	2,4
Visita orientada por plataforma de vídeos online	3	2,4
Empréstimos de notebooks	2	1,6
Autoatendimento para reservas	1	0,8
Facebook	1	0,8
Instagram	1	0,8
Twitter	1	0,8
Canal Youtube	1	0,8
Treinamento de uso do Sistema de Biblioteca online	1	0,8
Recursos de tecnologia assistida para alunos com deficiência	1	0,8
Birô internacional, para apoio aos alunos in e out	1	0,8
Programa de tutorias para alunos de graduação e secundaristas	1	0,8
<b>Total de respostas</b>	<b>124*</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

\*Múltiplas respostas

Todas as bibliotecas universitárias apresentaram algum recurso tecnológico, mesmo antigo como COMUT, ainda relevante, pois textos antigos não estão digitalizados e as fotocópias são soluções para estes casos. Não se percebem tecnologias de grande alcance para interação com outras bibliotecas fora da universidade ou sistemas internacionais. Os itens mais citados das respostas, se referem a e-books, empréstimo entre bibliotecas e treinamento à pesquisa em bases de dados. Seguem, também com índices

expressivos, o repositório institucional da produção científica e treinamento à pesquisa em bases de dados. A biblioteca universitária pública no Brasil dentre outras bibliotecas é mais aquinhoadada e poderia contar com recursos tecnológicos mais sofisticados. Tais informações deixam impressão de que a biblioteca universitária não está recebendo a atenção merecida.

A cooperação entre bibliotecas universitárias depende do uso de mesma tecnologia. Perguntou-se sobre o tipo de software usado pelas bibliotecas universitárias. Os resultados são apresentados no Gráfico 9.

Tabela 12 - Valor orçamentário X Recursos tecnológicos e serviços oferecidos

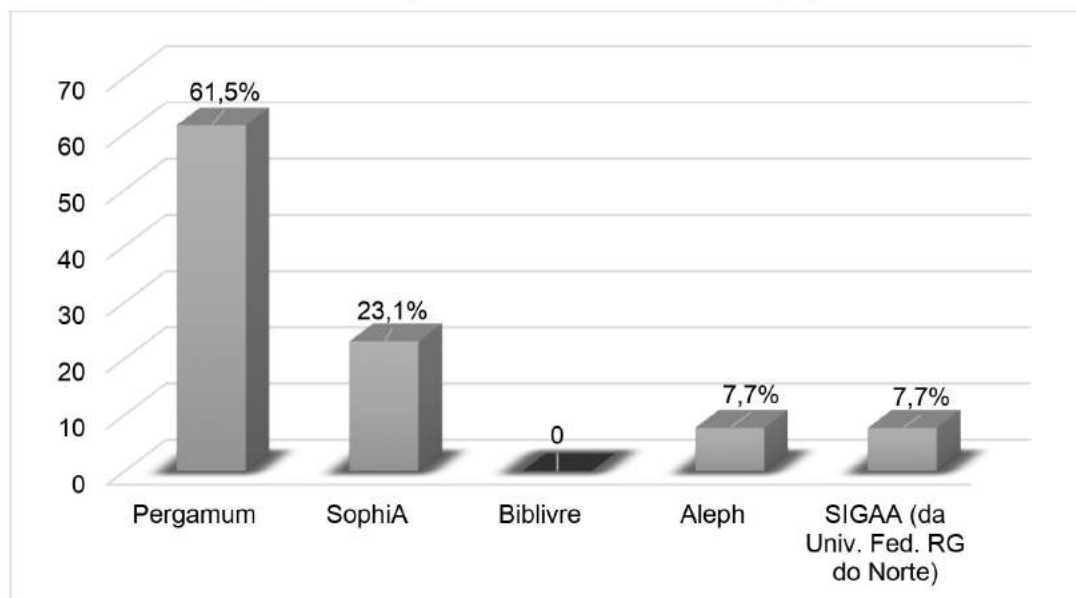
UF	2017	2018	2019	Nº de recursos e serviços
UF1	R\$ 82.416,31	R\$ 3.284.942,98	R\$ 2.607.597,87	11
UF2	-	-	R\$ 8.000,00	6
UF3	R\$ 230.883,42	R\$ 2.075.517,38	-	11
UF4	R\$ 221.000,00	R\$ 185.888,19	R\$ 185.888,19	17
UF5	-	-	-	7
UF6	R\$ 295.145,00	R\$ 295.145,00	R\$ 300.000,00	7
UF7	-	-	-	5
UF8	-	-	-	7
UF9	R\$ 1.300.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	13
UF10	-	-	-	6
UF11	R\$ 616.000,00	R\$ 393.800,00	R\$ 384.170,00	14
UF12	-	-	-	7
UF13	-	-	-	13

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Aqui, vemos uma tabela que relaciona o orçamento com o número de recursos e serviços, percebe-se que nem sempre um maior orçamento gera um serviço ou recurso para unidade de informação.



Gráfico 11 - Software para automação da biblioteca e do acervo (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As bibliotecas universitárias da região sudeste usam somente softwares brasileiros. Pergamum é o software para gerenciamento da biblioteca e do acervo mais utilizado, com 61,5% do total. O Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas - é um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de centros de informação. Foi desenvolvido e é assistido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em segundo lugar, com menos expressão, está o SophiA, com 23,1%. Este software foi desenvolvido pela empresa Prima de São José dos Campos, São Paulo.

Os canais de comunicação dos usuários com as bibliotecas universitárias estão representados na Tabela 13.

Tabela 13 – Canais de atendimento ao usuário

Canais de atendimento	Frequência*	%
Telefone	13	29,5
E-mail	13	29,5
WhatsApp	5	11,4
Chat	4	9,1
Messenger	4	9,1
Instagram	1	2,3
Redes sociais	1	2,3
SEI - Serviço de Help Desk interno	1	2,3

Continua

<b>Canais de atendimento</b>	<b>Frequência*</b>	<b>%</b>
Serviço de referência virtual de 07:00 às 22:00	1	2,3
Twitter	1	2,3
<b>Total de respostas</b>	<b>44*</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

#### \*Múltiplas respostas

Os canais de atendimento mais utilizados pelos usuários são o telefone e o e-mail, ambos com 29,5% das respostas. Seguem, com percentuais menos expressivos, o WhatsApp, o chat e o Messenger. Outros canais, mesmo o de referência virtual são menos utilizados.

A colaboração é ação importante em todos os tipos de bibliotecas do mundo. Foi preocupação deste estudo que tipo de colaboração contavam as bibliotecas universitárias estudadas. Este tipo de colaboração reúne consórcio de bibliotecas para os serviços de construção de base de dados, compra de livros, compartilhamento de coleções e outros. Os resultados foram organizados na Tabela 14.

Tabela 14 – Tipos de colaboração das bibliotecas universitárias

<b>Participação em consórcio de bibliotecas</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Sim	2	15,4
Não	11	84,6
Em vias de participar	0	0
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

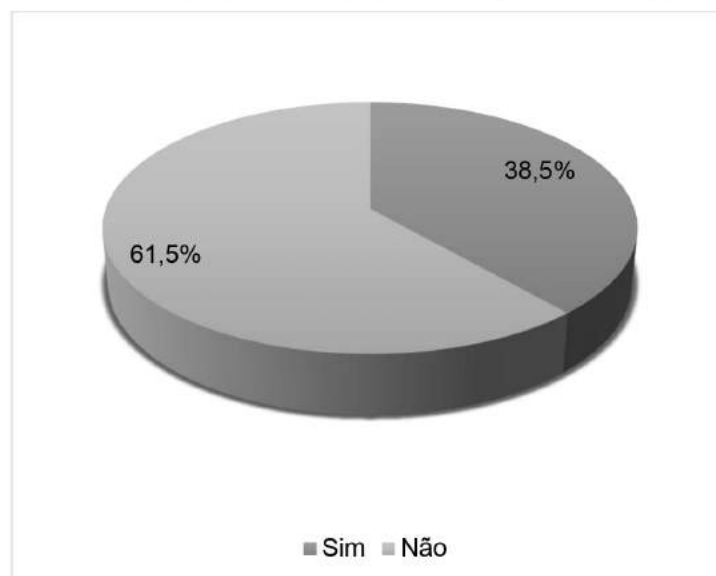
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

No tocante às ações de colaboração, pode-se perceber um baixo índice de envolvimento nessa mostra de bibliotecas universitárias, que foi de apenas 15,4% do total. A grande maioria, ou seja, 11 bibliotecas, declararam não participar de ações colaborativas, o que representa 84,6%.

Para as duas universidades que participam de algum consórcio de bibliotecas, perguntou-se quais os tipos de consórcio. Um dos gestores entrevistados respondeu o Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro – CBIES/RJ. Para o outro que respondeu afirmativamente à pergunta, as opções são diversas: Base de Dados de Odontologia - BDO, Lilacs, CCN, Seriados em Ciências da Saúde - SECS e Rede Pergamum.

As bibliotecas universitárias informaram também sobre a existência de uma comissão permanente para seleção de materiais bibliográficos. As informações estão dispostas no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Comissão permanente para seleção de materiais bibliográficos (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Em 38,5% das bibliotecas participantes desta pesquisa, existe uma comissão permanente para seleção de materiais bibliográficos. Mais significativo é o índice daquelas que não possuem tal comissão (61,5%). Em se tratando de uma estrutura que visa atender demandas informacionais dos docentes e discentes, observa-se que essa comissão deveria estar presente em 100% das instituições pesquisadas, visando atingir a qualidade necessária nos serviços prestados.

#### 4.5 Pessoal / Recursos Humanos

Ter recursos humanos qualificados é de suma importância para a organização e o funcionamento da biblioteca universitária. As informações sobre o quesito pessoal estão organizadas na Tabela 15.

Tabela 15 – Bibliotecários que compõem o quadro de pessoal da Biblioteca Universitária

Número de bibliotecários	Frequência	%
Em branco	1	7,7
Até 10	4	30,8
De 11 a 30	4	30,8
De 31 a 50	1 Continua	7,7
De 51 a 100	0	0
De 101 a 200	2	15,4
Acima de 200	1	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A partir dos dados obtidos, pode-se verificar que as bibliotecas universitárias da amostra, em sua maioria (61,6%), possuem até 30 bibliotecários. Duas bibliotecas declararam dispor mais de 100 bibliotecários e apenas uma declarou mais 200 bibliotecários em sua unidade. Deve-se considerar, no entanto, o tamanho dessas universidades pois algumas possuem mais de um campus e muitas bibliotecas setoriais.

O bom funcionamento da biblioteca universitária depende do número de bibliotecários, mas também do quantitativo de professores e alunos que atende. No que diz respeito à comunidade acadêmica, foram levantados os quantitativos de professores e alunos das universidades. Cabe ressaltar que duas universidades passaram os dados de 2019, e as demais não especificaram o ano de referência. O quantitativo está representado na Tabela 16.

Tabela 16 – Professores que compõem a comunidade acadêmica das universidades

Número de professores	Frequência	%
Em branco	2	15,4
De 500 a 1000	5	38,5
De 1001 a 1500	2	15,4
De 1501 a 2000	1	7,7
De 2001 a 2500	0	0
De 2500 a 3000	0	0
De 3000 a 3500	2	15,4
De 3501 a 4000	1	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A maior concentração está nas universidades que contam com 500 a 1000 professores (38,5%). São cinco universidades pequenas, pois com 1000 não poderia atender uma demanda grande de alunos. Duas bibliotecas responderam que suas unidades possuem de 1001 a 1500 professores, o que equivale a 15,4%. Outras duas bibliotecas, com percentual de 15,4% não responderam esta questão. Apenas uma unidade conta com mais de 3500 professores.

O quantitativo de alunos universitários está organizado na Tabela 17.

Tabela 17 – Alunos atendidos pela comunidade acadêmica das universidades

<b>Número de alunos</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Em branco	2	15,4
Até 10.000	2	15,4
De 10.001 a 20.000	5	38,5
De 20.001 a 30.000	1	7,7
De 30.001 a 40.000	0	0
De 40.001 a 50.000	1	7,7
De 50.001 a 60.000	1	7,7
De 60.001 a 70.000	0	0
Acima de 70.000	1	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Cabe ressaltar que duas universidades passaram os dados de 2019, as demais não especificaram o ano de referência. Sobressaem as universidades que apresentam entre 10.000 e 20.000 alunos, o que representa 38,5% do total. Duas bibliotecas declararam que suas universidades têm menos de 10.000 e outras duas não responderam sobre o quantitativo de alunos. Apenas uma biblioteca declarou que sua universidade atende mais de 70.000 alunos.

#### **4.6 Perfil profissional dos diretores das bibliotecas universitárias**

Nesta seção, procurou-se identificar o perfil profissional dos responsáveis pelas bibliotecas universitárias: formação acadêmica, tempo de serviço na universidade e tempo de gerenciamento da biblioteca universitária.

Os dados sobre a formação dos diretores das bibliotecas universitárias estão apresentados na Tabela 18.

Tabela 18 – Formação acadêmica dos(a) diretor(a) das Bibliotecas Universitárias

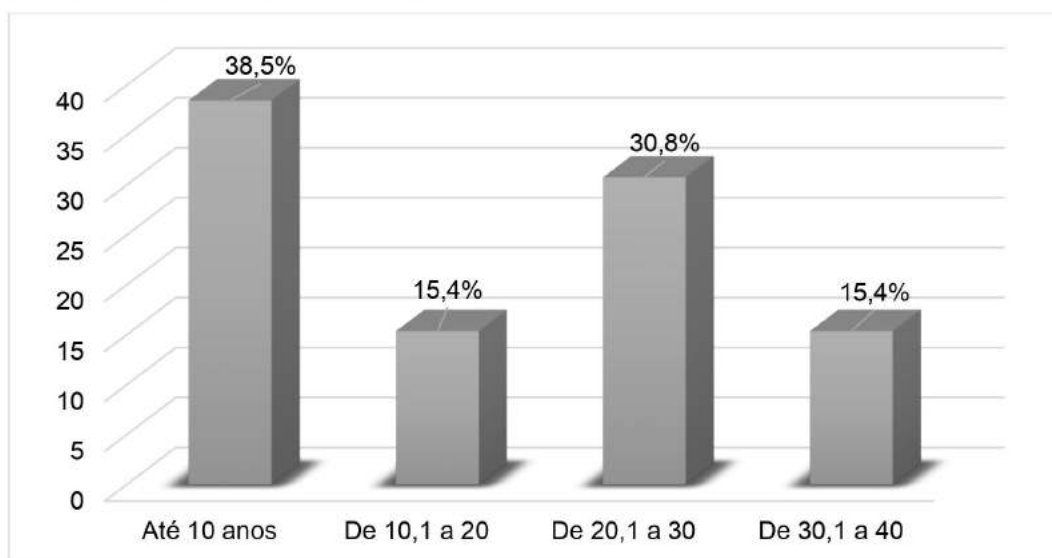
Formação acadêmica	Frequência	%
Graduação	1	7,7
Especialização	6	46,2
Mestrado	2	15,4
Doutorado em formação	Continua	7,7
Doutorado concluído	3	23,1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Pode-se detectar através dos dados levantados que aproximadamente seis (46,2%) dos entrevistados possuem um curso de especialização. Este resultado pode indicar que a gestão das bibliotecas universitárias exige qualificação e que os bibliotecários estão atentos a isso.

Sobre o tempo como servidor na universidade, apesar de bem distribuído pelas categorias criadas (faixas decenais), são preponderantes os servidores com menos de 10 anos (38,5%). Também relevante aqueles que possuem entre 20 e 30 anos de dedicação à universidade (30,8%).

Gráfico 13 – Tempo como servidor na universidade (%)

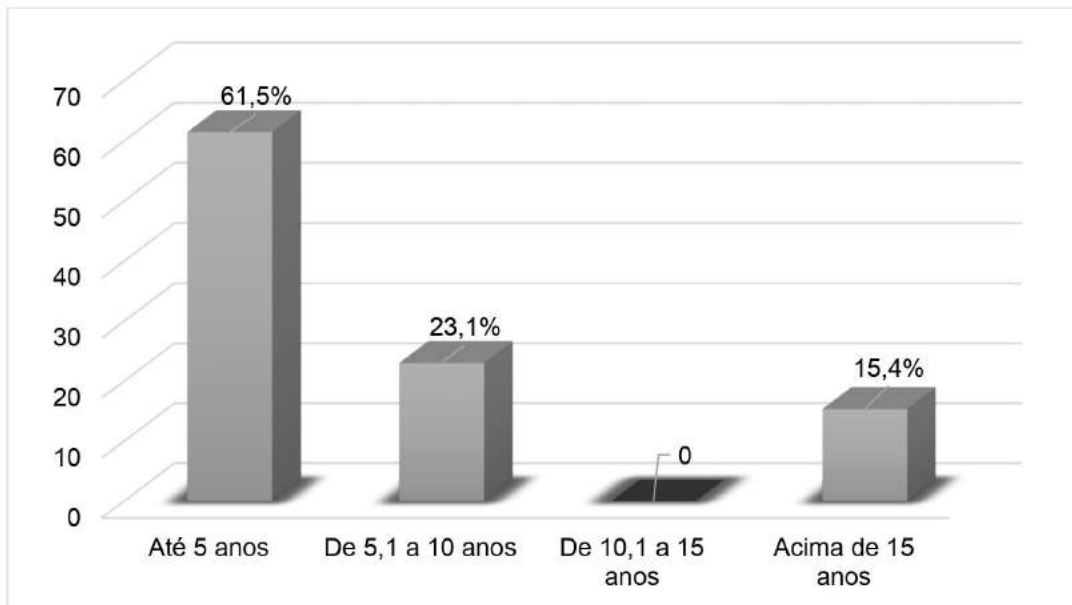


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Já em relação ao tempo na direção da biblioteca, os que possuem até 5 anos alcançaram os maiores índices percentuais (61,5%). Somando-se àqueles que possuem entre 5 e 10 anos, alcançamos o índice de 84,6%.



Gráfico 14 – Tempo na direção da biblioteca universitária (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante refletir sobre a questão orçamentária, tecnológica e os recursos humanos na biblioteca universitária, rever sua história e seu valor institucional, seu alcance, sua funcionalidade dentro da universidade federal, assim como seu crescimento para melhorar a gestão e inovação.

Conforme os resultados, obtidos, as bibliotecas universitárias estão bem localizadas institucionalmente, pois têm acesso rápido à direção, seja uma pró-reitoria de planejamento ou de graduação. Assim, a maioria delas participa do planejamento institucional. Organizam-se em sistemas com uma biblioteca central ativa e outras bibliotecas setoriais. São organizadas e possuem, em maioria, um regimento interno em que são descritas as principais políticas daquelas bibliotecas. Contudo, parece inusitado o fato de poucas unidades bibliotecárias informarem-se sobre o orçamento da biblioteca, justamente por ser por meio dele a possibilidade de garantir os recursos e serviços disponibilizados na biblioteca, assim como definir novas metas.

Outro grande problema identificado foi a ausência de consórcios entre as bibliotecas universitárias. Apesar de a maioria utilizar o mesmo software de catalogação, a colaboração mútua não é uma prática comum entre elas. Mesmo em uma época em que a palavra compartilhamento é tão usada, não está presente e aplicada entre as bibliotecas universitárias da região sudeste. A queda acentuada de orçamento pode se tornar uma oportunidade de parcerias e consórcios, seja como possibilidade de amenizar ou mesmo solucionar possíveis problemas relacionados à (falta) de verba orçamentária quanto a atingir novos patamares de acesso e uso de recursos informacionais.

Durante a análise dos dados, percebe-se que a gestão dos recursos humanos e orçamentários não conta com a biblioteca universitária uma liderança. Como informa um dos respondentes, tais recursos variam de acordo com o tempo de cada reitor e sua visão mais clara ou não quanto à funcionalidade inovadora da biblioteca universitária. O segundo ponto é sobre o envolvimento dos bibliotecários em suas funções diárias e de liderança. Conforme explica um entrevistado, são poucos bibliotecários atualmente que desejam assumir posições de liderança, o que compromete as atividades a serem realizadas e que distorce a visão dos gestores sobre a biblioteca.

Cada resposta obtida requer uma análise profunda de como os bibliotecários, que são os gestores dos sistemas de bibliotecas, entendem os aspectos dos recursos humanos, orçamentários e tecnológicos, como eles influem no cotidiano e na prestação de serviços à comunidade universitária. O entendimento pode propor soluções para lidar com os cortes orçamentários, como proposições de parcerias, consórcios. E até mesmo o bibliotecário

universitário poderá se reposicionar na estrutura da universidade, tendo um destaque na gestão pública. Outra estratégia de melhoria que poderia ser oferecida, pelo menos aos bibliotecários/gestores, seria de visitas técnicas a bibliotecas universitárias em países como Reino Unido, França, Estados Unidos e outros.

Existe uma carência de estudos, sendo este um estudo basilar de foco regional que poderá, posteriormente, motivar uma pesquisa em âmbito nacional, com atores como CBBU da FEBAB ou o grupo de trabalho de estudos sobre biblioteca universitária do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB. Pode-se pensar, ainda, em estudos comparativos entre países, como por exemplo Brasil e Estados Unidos, Rússia, China, entre outros. Podem ser estabelecidos requisitos para qualificar uma biblioteca universitária, além do seu acervo. Outro assunto que fica latente, e que pode ser observado nas entrelinhas da pesquisa, é a questão da liderança do bibliotecário. No passado, o nome Yone Chastinet era de uma liderança reconhecida, com ela as políticas públicas avançaram e precisamos de muitas "Yones" na atualidade. O cargo de gestor ou diretor da biblioteca universitária, em muitas instituições, é cargo de confiança – e muitos são os que permanecem por anos e anos ininterruptos. Com isso, o profissional pode perder o foco e, assim, prejudicar sua visão de gestor, o que é vital. Diante da ausência de políticas públicas, e lamentavelmente cortes constantes de orçamento, não há empenho para melhorar a comunicação, viabilizar o compartilhamento e elaborar consórcios entre as unidades, uma vez que cada qual busca, individualmente, se manter da melhor maneira possível.

Os bibliotecários gestores das bibliotecas universitárias precisam entender sobre os meandros da burocracia federal, entender a questão orçamentária, entender de política e do seu funcionamento dentro da universidade, no MEC e no Congresso Nacional. Deve saber, ainda, sobre as instâncias que refletem os valores acadêmicos. É necessária e urgente a qualificação dos bibliotecários para que transitem nas instâncias governamentais com desenvoltura e conhecimento político para a efetiva inclusão das bibliotecas universitárias nas políticas públicas. Uma boa iniciativa é a realização de fóruns estaduais e regionais para focar nos interesses e nas decisões governamentais que irão impactar positivamente as bibliotecas universitárias.

As bibliotecas universitárias serão sempre reflexo da ação (ou não) dos bibliotecários que estão à sua frente. Os bibliotecários universitários têm que defender a biblioteca universitária, seu legado, sua atuação e seu status perante a sociedade. Grandes profissionais como Yone Chastinet, Murilo Bastos Cunha, Maria Carmen Romcy Carvalho entre outros proporcionaram grandes estudos e avanços da instituição. O impacto causado por profissionais competentes e comprometidos em promover as mudanças iminentes, em conjunto com resgate do PNBu, ou de alguma política pública semelhante, pois foi a única

política pública que as bibliotecas universitárias tiveram ao longo de toda existência. Dessa maneira, será possível reverter o quadro de possível sucateamento devido ao arrocho orçamentário.

Por meio das análises e resultados, percebe-se que apesar de perda orçamentária, redução de número de bibliotecários e com recursos tecnológicos limitados, as bibliotecas universitárias da região sudeste ainda conseguem realizar uma série de serviços para suas respectivas comunidades acadêmicas. Porém, percebe-se uma inércia na busca de uma proatividade, de modo que no futuro os serviços sejam paralisados. Soluções como criação de consórcios, empenho em buscar editais, ou apoio de instituições filantrópicas como as fundações Bill Gates, Rockefeller e no Brasil a Lemann.

## REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Tradução de Antônio Agenor. Brasília: Brique de Lemos, 2012.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. **A biblioteca universitária em Minas Gerais : análise de acervo e recursos humanos e financeiros, de 1975 a 1979**. 1983. 179p. : Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-92YF7E>>. Acesso em : 01 jun. 2021.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC, 1989.

AMARAL, Roniberto Morato do; BRITO, Aline Grasielle Cardoso de; CALABREZ, Ana Paula Aparecida. Cooperação e intercâmbio em bibliotecas universitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: < <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1618/1619> >. Acesso em: 8 maio 2021.

ANUNCIATTO, Pedro. Quanto maior, menor fica. **Revista Nova Escola**, [S. l.], ed. 312, maio 2018. Disponível em: < [https://novaescola.org.br/conteudo/11691/quanto-maior-menor-fica#\\_=\\_](https://novaescola.org.br/conteudo/11691/quanto-maior-menor-fica#_=_) >. Acesso em: 6 abr. 2021.

AUN, Marta Pinheiro. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 115-123, maio 1999. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000200003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200003) >. Acesso em: 21 jul. 2020.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da universidade brasileira. **Química Nova**, São Paulo, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/qn/v30n7/49.pdf> >. Acesso em: 9 mar. 2020.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 13, n.1, p. 131-152, mar. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a08v13n1.pdf> >. Acesso em: 25 maio 2019.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Ministério da Educação: despesas orçamentárias 2017-2019. **Informativo Técnico CONOF/CD**, Brasília, n. 11, 2019. Disponível em: < [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/inf\\_11-2019-ministerio-educacao-despesas-orcamentarias-2017-2019](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/inf_11-2019-ministerio-educacao-despesas-orcamentarias-2017-2019) >. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. **Constituição (1891)** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) >. Acesso em: 04 ago 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 126, n.191-A, 5 out. 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm) >. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5773.htm) >. Acesso em: 1 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília: 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6096.htm) >. Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abril 2004. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm) >. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) >. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Uma nova política para a educação superior**. Brasília: Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, 1985. Disponível em: < <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/me002096.pdf> >. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.264 de 17 de outubro de 2008. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa De Instituições De Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de outubro de 2008, seção 1, p. 22. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2995-port-1264-2008&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2995-port-1264-2008&Itemid=30192) >. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.428, de 28 dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 dez. 2018. Disponível em: < [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251) >. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília, 2004b. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA\\_2051.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf) >. Acesso em: 8 maio de 2021.



BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 dez. 2007. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/legislacao/2007/portaria\\_40\\_12122007.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf) >. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior. **Relatório GERES**. Brasília: MEC, 1986. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf> >. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Superior. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras**. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002072.pdf> >. Acesso em: 9 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria nº 90, de 19 abril de 2018. Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, do Ministério Público da União, de diversos Órgãos do Poder Executivo, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 9.442.403.648,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 abr. 2018. Disponível em: < [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/11255471/do1-2018-04-20-portaria-n-90-de-19-de-abril-de-2018-11255465](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/11255471/do1-2018-04-20-portaria-n-90-de-19-de-abril-de-2018-11255465) >. Acesso em: 8 maio 2021.

BUSQUET, L.M.C. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso da BCG/UFF**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < [https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10424/1/Leandro\\_Busquet-desbloqueado.pdf](https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10424/1/Leandro_Busquet-desbloqueado.pdf) >. Acesso em: 18 nov. 2020.

CAETANO, Ana Carolina de Souza. Políticas públicas para bibliotecas universitárias: um olhar sobre os resultados do PNBu (1986). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado, RS. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/download/SuppFile/41325/21062> >. Acesso em: 20 abr. 2019.

CAPES - Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Perguntas frequentes: sobre a CAPES**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap> >. Acesso em: 8 maio 2021.

CARVALHO, Maria do Carmem Romcy de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHASTINET, Yone. **A criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias – PROBIB e a implementação do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – I PNBu: 1986-1989**. Brasília: SESu/PNBu, 1990.

CID, Isabel. A fundação da Universidade de Évora. In: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **História da universidade em Portugal**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. v. 1, t. 2, p. 395-402.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis, SC. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/37012> >. Acesso em: 21 ago. 2020.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Sobre a CBBU**. São Paulo, [2020]. Disponível em: < <http://www.febab.org.br/cbbu/sobre-a-cbbu/> >. Acesso em: 10 jan. 2020.

CORREA, Elisa Cristina Delfini. Formação do bibliotecário catarinense e as novas tecnologias: contribuição da ACB e do CRB-14. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 7-27, 2001. Disponível em: < <https://revista.acb.org.br/racb/article/download/358/424> >. Acesso em: 30 ago. 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira do ano 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, 2000. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf> >. Acesso em: 25 maio 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf> >. Acesso em: 1 jun. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da. Rede de dados bibliográficos no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 1987. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77546> >. Acesso em: 1 jun. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; DIÓGENES, Fabienne Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344> >. Acesso em: 25 maio 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas**. São Paulo: Pioneira, 1980.

FIGUEIREDO, Nice. Novas tecnologias: impacto sobre a formação de coleções. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 245-254, abr. 2008. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/643/431> >. Acesso em: 1 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Nice. Situação da automação nas bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza, CE. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: UFCE, 1998. 1 CD-ROM.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. **Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias**: planejamento e permanência. Rio de Janeiro: FINEP, 1991. (Relatório de avaliação do PNUB).

GURGEL, Nadsa Maria Cid; RODRIGUES Maxwell Veras. Biblioteca universitária e ensino superior: em busca de alinhamento estratégico. **Revista EDICIC**, v.1, n. 3, p 211-218, jul./set. 2011. Disponível em: < [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13602/1/2011\\_art\\_mvrodrigues\\_biblioteca.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13602/1/2011_art_mvrodrigues_biblioteca.pdf) >. Acesso em: 8 maio 2021.

IBICT. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2018a. Disponível em: < <https://ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/bdtd> >. Acesso em: 23 mar. 2020.

IBICT. **Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2018b. Disponível em: < <http://www.ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/ccn/> >. Acesso em: 23 mar. 2020.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, ago. 2007. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27> >. Acesso em: 5 set. 2020.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**: grupos de foco. Niterói: Intertexto, 2005.

LEMONS, Antônio Agenor Briquet de; MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 40-51, mar. 1975. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb> >. Acesso em: 23 maio 2019.

LIMA, Etelvina. **A biblioteca no ensino superior**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 8., 1975, Brasília, DF. **Anais** [...]. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1975.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Softwares para automação de bibliotecas e centros de documentação na literatura brasileira até 1998. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 310-321, dez. 1999. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a9.pdf> >. Acesso em: 1 jul. 2020.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011.



LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA.** 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, BA, 2001. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15087/1/N%C3%ADdia%20Maria%20Lienert%20Lubisco.pdf> >. Acesso em: 1 set. 2020.

MAIA, Luiz Cláudio Gomes; SANTOS, Maria de Souza Lima. Gestão da biblioteca universitária: análise com base nos indicadores de avaliação do MEC. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 100-119, jun. 2015. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362015000200100&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362015000200100&lng=en&nrm=iso) >. Acesso em: 21 mar 2021.

MARCHIORI, Patricia Zeni. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 1-10, maio 1997. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000200002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200002) >. Acesso em: 1 set. 2020.

MARTINELLI, Ada Tereza Spino. A base de dados bibliográficos de acervo como suporte para o processo de automação: uma experiência na UNESP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...]**. Fortaleza: UFCE, 1998. 1 CD-ROM.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MENEZES, Luiz Fernando. Desenhemos fatos sobre o orçamento das universidades federais. **Aos Fatos**, 3 maio 2019. Disponível em: < <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhemos-fatos-sobre-o-orcamento-das-universidades-federais/> >. Acesso em: 6 abr. 2021.

MIRANDA, Antônio Lisboa Carvalho de. Acervos de livros das bibliotecas nas instituições de ensino superior no Brasil: situação problemática e discussão de metodologia para seu diagnóstico permanente. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 30-40, jan./abr. 1993. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/514/514> >. Acesso em: 10 abr. 2019.

MODESTO, Fernando, Conferência: Biblioteca Universitária e a Inovação: reflexões definições e descrições. Seminário Nacional **Repositório - FEBAB**, Anais do SNBU 2018. disponível: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5207>. Acesso em 22 de junho de 2021.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial.** Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MORHY, L. Brasil: universidade e educação superior. In: \_\_\_\_\_. **Universidade no mundo: universidade em questão.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 2.

NOH, Younghee. Imaging library 4.0: creating a model for future libraries. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 41, n. 6, p. 786-797, nov. 2015. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133315001780?via%3Dihub> >. Acesso em: 27 mar. 2021.

PERES, Ursula Dias; MATTOS, Bruna Barcellos. A participação social e o conflito distributivo na planificação e orçamentação públicas: o caso do município de São Paulo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 73, p. 456-477, set./dez. 2017.

REGO, Isabela Pereira do. **Políticas de informação e tecnologia em bibliotecas universitárias**: um estudo comparativo nas bibliotecas USP/Ribeirão Preto e UNESP/Marília. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2017.

RODRIGUES, Fernando. O peso das universidades federais no orçamento federal. **Poder 360**, 2019. Disponível em: < [poder360.com.br/infograficos/universidades-federais-consomem-123-mais-recursos-em-18-anos/](http://poder360.com.br/infograficos/universidades-federais-consomem-123-mais-recursos-em-18-anos/) >. Acesso em: 6 abr. 2021.

RODRIGUES, Kátia de Oliveira. **Mudanças nas práticas de desenvolvimento de periódicos científicos nas bibliotecas universitárias brasileiras**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação, Salvador, BA, 2008. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7936> >. Acesso em: 1 maio 2019.

SALTO, Felipe Scudeler; BARROS, Gabriel Leal de. **A importância da Emenda Constitucional n. 95/2016**. Brasília, Senado Federal, Instituição Fiscal Independente, 2018. Nota técnica, 21.

SANTOS, Edilene Galdino dos; ARAÚJO, Eliany Alvarenga; NUNES, Maria de Fátima. Plano nacional de bibliotecas universitárias (PNBU): visão histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO, POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, 2014, Goiânia, GO. **Anais [...]**. Goiânia: UFGO, 2014. Disponível em: < [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/715/o/PLANO\\_NACIONAL\\_DE\\_BIBLIOTECAS\\_UNIVERSITARIAS\\_-\\_pronto.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/715/o/PLANO_NACIONAL_DE_BIBLIOTECAS_UNIVERSITARIAS_-_pronto.pdf) >. Acesso em: 1 dez. 2019.

SILVA, Edilene Maria da. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: < [http://eprints.rclis.org/14433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_CI\\_EDILENE\\_MARIA\\_DA\\_SILVA.pdf](http://eprints.rclis.org/14433/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI_EDILENE_MARIA_DA_SILVA.pdf) >. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVEIRA, Geovana. **Vale a pena investir e implantar a tecnologia RFID?**. RFIDBRASIL, 2017. Disponível em: < <https://rfidbrasil.com/blog/vale-a-pena-investir-e-implantar-a-tecnologia-rfid/> >. Acesso em: 12 abr. 2021.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília: CAPES, 1981. p. 9-35. Disponível em: < [https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais\\_anterior/II-SNBU.pdf](https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais_anterior/II-SNBU.pdf) >. Acesso em: 23 abr. 2019.

TOSCANO, Geovânia da Silva; SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. A formação universitária e gestão acadêmica no ensino público: experiências de ações extensionistas na UFRN e na UFBA. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 171-190, jul./dez. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/17789/10152/> >. Acesso em: 23 abr. 2019.

UFMG. **Cortes em proposta orçamentária preocupam reitores das universidades**. Belo Horizonte, 19 mar. 2021. Disponível em: < <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/cortes-em-proposta-orcamentaria-preocupam-reitores-das-universidades-federais> >. Acesso em: 15 abr. 2021.

WATSON, Les. O design da biblioteca da universidade do século 21: ideias e tendências. **BiD: textos universitários sobre biblioteconomia e documentação**, n. 38, jun. Disponível em:< <http://bid.ub.edu/38/watson.htm> >. Acesso em: 27 mar. 2021.

## **APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS GESTORES DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE**

### **AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: ANÁLISE DE RECURSOS E SERVIÇOS**

Prezado/a Colaborador/a

Este questionário tem por objetivo coletar informações sobre as bibliotecas universitárias desta instituição quanto aos critérios da política de informação, gestão orçamentária e o uso de tecnologias. A pesquisa **“AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS E ORÇAMENTÁRIOS”**, desenvolvida pelo aluno pesquisador, Antônio Afonso Pereira Júnior, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Professora Doutora Marlene Oliveira Teixeira de Melo.

A realização deste estudo tem por finalidade analisar as bibliotecas universitárias da rede pública da região sudeste quanto aos recursos orçamentários e tecnológicos para desenvolver serviços e produtos de qualidade.

Solicitamos o retorno até o dia dd/mm/aaaa, prazo máximo de disponibilização do questionário, no seguinte endereço: [mailto: //aafonsopj@gmail.com](mailto://aafonsopj@gmail.com)

Agradecemos por sua disponibilidade e contribuição para o sucesso desse estudo.



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A realização deste estudo tem por objetivo analisar a Biblioteca Universitária da rede pública federal da região sudeste quanto aos recursos orçamentários, humanos e tecnológicos. Na abordagem dos recursos orçamentários será necessária a consulta aos orçamentos e execução orçamentária da instituição no período de 2017 a 2019.

Concordo em participar da pesquisa de mestrado: **AS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE: ANÁLISE DE SERVIÇOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS E ORÇAMENTÁRIO** e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas, resguardado o sigilo do respondente.

( ) De acordo.

Caso necessite de mais informações sobre a presente pesquisa, favor entrar em contato com Antônio Afonso através do e-mail: antonioapjr@yahoo.com.br .

### ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Por Biblioteca Universitária, considerar o conjunto ou o sistema de bibliotecas de toda a universidade.

1. Nome da Universidade: \_\_\_\_\_
2. Unidade da Federação (UF): \_\_\_\_\_
3. Na estrutura da universidade especifique a qual órgão a Biblioteca Universitária está subordinada?  
\_\_\_\_\_
4. A Biblioteca Universitária está incluída no planejamento da universidade?  
 Sim  
 Não  
 Se a resposta anterior foi SIM, como a Biblioteca Universitária participa do processo de planejamento institucional?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
5. A estrutura organizacional da Biblioteca Universitária é:  
 Biblioteca Central única  
 Sistema de Bibliotecas composto por uma Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais  
 Bibliotecas autônomas para cada campus  
 Outra estrutura. Especifique: \_\_\_\_\_
6. A Biblioteca Universitária possui regimento interno?  
 Sim  
 Não  
 Em vias de elaboração.

### ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Para responder a esta seção será necessária a consulta aos orçamentos e à execução orçamentária da instituição no período de 2017 a 2019.

7. A Biblioteca Universitária é uma unidade orçamentária, ou seja, unidade responsável por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas, da universidade?  
 Sim  
 Não  
 Em vias de se tornar uma unidade orçamentária.
8. A universidade destina recursos específicos para à Biblioteca Universitária?  
 Sim  
 Não
9. Caso a resposta anterior seja SIM, informe o valor orçamentário destinado à Biblioteca Universitária nos seguintes anos:  
 2019. R\$ \_\_\_\_\_  
 2018. R\$ \_\_\_\_\_  
 2017. R\$ \_\_\_\_\_
10. Informe o valor da execução orçamentária da Biblioteca Universitária nos seguintes anos:  
 2019. R\$ \_\_\_\_\_  
 2018. R\$ \_\_\_\_\_  
 2017. R\$ \_\_\_\_\_
11. A Biblioteca Universitária tem infraestrutura e mecanismos para captar e administrar recursos procedentes de: (Marcar quantas opções forem necessárias.)  
 Projetos (FINEP, FAPEMIG, FAPESP, etc.)  
 Departamentos  
 Programas de pós-graduação  
 Prestação de serviços à comunidade externa (Programa de Extensão)  
 Outros. Especifique: \_\_\_\_\_  
 Não se aplica
12. O orçamento da Biblioteca Universitária é determinado regimentalmente?  
 Sim  
 Não  
 Em análise para se tornar regimental.

### POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

13. A Biblioteca Universitária participa de sistema de cooperação de catalogação?  
 Sim  
 Não
14. A Biblioteca Universitária utiliza instrumentos de indexação?  
 Sim. Quais: \_\_\_\_\_  
 Não
15. A Biblioteca Universitária consulta seus usuários sobre as necessidades de informação ou sobre o uso da biblioteca?

- Periodicamente (semestral, anual, etc.)
- Eventualmente (já fez uma ou mais vezes, mas não possui uma periodicidade)
- Nunca fez

16. A Biblioteca Universitária oferece atendimento especial aos docentes/pesquisadores?

- Sim. Como? \_\_\_\_\_
- Não

17. A Biblioteca Universitária oferece curso sobre o Portal de Periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior?

- Sim
- Não

### SERVIÇOS E TECNOLOGIAS

18. Quanto aos recursos tecnológicos e serviços, assinale todos aqueles oferecidos ao usuário:

- E-books
- Autoatendimento para empréstimo e devolução de materiais bibliográficos
- COMUT (programa brasileiro de comutação bibliográfica)
- Tecnologia Rfid (identificação do acervo por radiofrequência)
- Ambiente equipado para videoconferência
- Tablets para empréstimo
- Repositório institucional da produção científica da instituição
- Digitalização de documentos
- Atendimento via chat
- Treinamento em pesquisa a bases de dados
- Visita orientada por plataforma de vídeos online
- Referência virtual
- Computadores com acesso à internet para os usuários
- Empréstimo entre bibliotecas
- Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

19. Qual é o software de gerenciamento de biblioteca e de acervo?

- Pergamum
- SophiA
- Biblivre
- Aleph
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

20. Quais são os canais de atendimento ao usuário? (Marcar quantas opções forem necessárias)

- Telefone
- E-mail
- Chat
- WhatsApp
- Messenger
- Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

21. A Biblioteca Universitária participa de algum consórcio de bibliotecas (base de dados, compra de livros, serviços de digitalização, compartilhamento de coleções etc.)?

- ( ) Sim. Nome: \_\_\_\_\_  
( ) Não  
( ) Em vias de participar

22. A Biblioteca Universitária possui uma comissão permanente para seleção de materiais bibliográficos?  
( ) Sim  
( ) Não

### PESSOAL

23. Quantos bibliotecários compõem o quadro de pessoal da Biblioteca Universitária?  
\_\_\_\_\_

24. Quanto à comunidade acadêmica, indique o quantitativo de:  
a) Professores: \_\_\_\_\_  
b) Alunos: \_\_\_\_\_

### PERFIL PROFISSIONAL DOS DIRETORES DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

25. Qual é a formação acadêmica atual do(a) diretor(a) da Biblioteca Universitária?  
( ) Graduação. Especifique: \_\_\_\_\_  
( ) Especialização  
( ) Mestrado  
( ) Doutorado

26. Há quanto tempo é servidor da universidade? \_\_\_\_\_

27. Há quanto tempo está na direção da Biblioteca Universitária? \_\_\_\_\_

28. Gostaria de acrescentar alguma informação pertinente à pesquisa sobre a Biblioteca Universitária?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_